

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ - FADIC
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Clarice Sales Cahen

O fenômeno da mutilação genital feminina na África e a questão da
emancipação da mulher

Recife/PE

2020

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ - FADIC
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Clarice Sales Cahen

**O FENÔMENO DA MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA NA ÁFRICA E
A QUESTÃO DA EMANCIPAÇÃO DA MULHER**

**Trabalho de conclusão de curso como
exigência parcial para graduação no curso
de Relações Internacionais, sob orientação
do Professor Luís Emmanuel Barbosa da
Cunha.**

Recife/PE

2020

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

C132f Cahen, Clarice Sales.
O fenômeno da mutilação genital feminina na África e a questão da emancipação da mulher / Clarice Sales Cahen. – Recife, 2020. 63 f.

Orientador: Prof.º Luís Emmanuel Barbosa da Cunha.
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2020.
Inclui bibliografia

1. Relações internacionais. 2. Relativismo cultural. 3. Universalismo cultural. 4. Feminismo africano. 5. África. 6. Khady Koita. 7. Waris Dirie. 8. Direitos humanos. I. Cunha, Luís Emmanuel Barbosa da. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2020.2 - 316)

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Clarice Sales Cahen

**O FENÔMENO DA MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA NA ÁFRICA E
A QUESTÃO DA EMANCIPAÇÃO DA MULHER**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Relações Internacionais, sob orientação do Professor Luís Emmanuel Barbosa da Cunha.

Aprovada em ____ de _____ de 2020

BANCA EXAMINADORA

Luís Emmanuel Barbosa da Cunha, Mestre em Direito, FADIC

Artemis Cardoso Holmes, Mestre em Direito, FADIC

Luciana Lira, Doutora em Antropologia, FADIC

Recife

2020

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a esta Universidade, cujos professores, direção e funcionários em geral me proporcionaram muitos dias e horas de estudo e pesquisa, sobretudo com a estrutura acadêmica e física que me ajudaram a concretizar meus estudos e permitiram que esse trabalho se desenvolvesse.

Ao meu orientador, Professor Luís Emmanuel Barbosa da Cunha, que sempre me orientou com sinceridade, dedicação, incentivo, indicações de livros e artigos, que me ajudaram a encontrar o caminho que eu desejava seguir e a organizar minhas ideias.

À minha família pelo apoio emocional que sempre me deram, durante toda a minha vida, inclusive em correções quando precisei de ajuda.

Gostaria de agradecer às professoras Luciana Lira e Artemis Holmes que, durante a banca de qualificação, me deram ótimas dicas e fizeram críticas construtivas que transformaram o meu trabalho, quebrando limitações e visões que eu tinha antes. Essa mudança foi fundamental para o desenvolvimento do trabalho na forma como ele está hoje.

Durante a apresentação do TCC ambas as professoras, bem como meu orientador, foram muito importantes, sugerindo tanto mudanças práticas (na forma de escrever), como na forma de observar o fato. Demonstraram que a minha visão poderia estar sendo parcial demais e sugeriram uma nova abordagem, um novo olhar sobre o fato estudado. Dessa forma, pude aprender não apenas sobre meu objeto de estudo, mas também sobre a minha própria visão, percebendo que me faltava uma perspectiva antropológica na minha visão mais jurídica.

RESUMO

O trabalho se destina a trazer à tona uma discussão entre as perspectivas do relativismo e do universalismo cultural e suas diferentes interpretações sobre a atuação e, especialmente, sobre a aplicabilidade dos Direitos Humanos. Dentro dessa discussão apresentar o fenômeno da Mutilação Genital Feminina ou MGF no continente africano, demonstrando as visões das instituições internacionais de defesa aos Direitos Humanos (na perspectiva ocidental) e a dos povos africanos, que defendem a prática. Busca demonstrar suas justificativas culturais e suas consequências para as mulheres, tanto sociais quanto físicas e psicológicas. Entra nessa visão africana o pensamento do feminismo africano e seu posicionamento sobre a questão. Em seguida serão apresentados dois estudos de caso, de duas mulheres que passaram pelo procedimento da MGF e expõem seus pensamentos em autobiografias. A primeira será feita diretamente do livro e a segunda será baseado em um filme, que por sua vez conta a história da autobiografia do segundo caso. Por fim, será feito um apanhado geral sobre a situação da MGF na África, com detalhe maior para Somália e Egito, além das consequências da prática em outros continentes por causa das migrações, sobretudo na Europa.

Palavras - chave: MGF. África. Relativismo cultural. Universalismo cultural. Feminismo africano. Khady Koita. Waris Dirie. Direitos Humanos.

ABSTRACT

The paper wishes to bring up a discussion between the perspectives of cultural realism and universalism and its different interpretations about the action and, specially, about the applicability of Human Rights. In that discussion, present the phenomenon of Female Genital Mutilation or FGM in the African continent, showing the understanding of Human Rights defense International Institutions (in the east perspective) and the African people, who protect the practice. Wishes to demonstrate its cultural reasons and its consequences to women, physical and psychological. In the African vision it's observed the African Feminism and its understanding of the issue. Afterword will be presented two case studies of two women who went through the practice of FGM and expose their thoughts in autobiographies. The first one will be based directly from the book and the second one will be based in a movie, which tells the story of the second case autobiography. Finally, will be presented a general idea about the current situations of FGM in Africa, focus for Somali and Egypt, also the consequences of the practice in other continents because of migrations, especially in Europe.

Key words: FGM. Africa. Cultural relativism. Cultural universalism. African feminism. Khady Koita. Waris Dirie. Human Rights.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1. A CONSTRUÇÃO CULTURAL E OS DIREITOS HUMANOS.....	09
1.1 - O universalismo cultural e os direitos humanos.....	12
1.2 - O relativismo cultural e os direitos humanos.....	16
2. MGF, SEUS SIGNIFICADOS E TABUS.....	19
2.1 - A visão ocidental.....	21
2.2 - A visão Africana e o Feminismo Africano.....	26
2.3 - A medicalização da MGF.....	29
3. CASOS REAIS DE MGF E A SITUAÇÃO JURÍDICA MUNDIAL.....	32
3.1 - Caso Khady Koita.....	33
3.2 - Caso de Waris Dirie.....	44
3.3 - Dados sobre a MGF no mundo.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
BIBLIOGRAFIA.....	59

INTRODUÇÃO

A mutilação genital feminina ou MGF é uma prática comum em diversos países da África, Ásia e com a globalização e migrações também é encontrado em países da Europa e Américas. Ou seja, se tornou uma questão de interesse mundial e que merece ser discutida sob pontos de vista diferentes.

É nesse sentido que o este trabalho pretende seguir, apresentando inicialmente uma discussão teórica entre relativismo e universalismo cultural. Porque o primeiro defende a importância da cultura local como sendo fonte primária de validade de um ato e a segunda afirmando que os Direitos Humanos devem ter caráter universal e se aplicados a todas as pessoas para garantir uma proteção efetiva.

Seria um ato de imperialismo tentar compreender aspectos de uma cultura quando não se faz parte dela? É possível universalizar os direitos sem “atropelar” as especificidades culturais de um povo? E quando se trata de um ato que fere as meninas e mulheres, como a MGF, qual seria o limite do relativismo ou não deveria existir limites e deveríamos deixar que cada povo se regesse à sua versão de certo e errado?

Passando por esse debate existe uma conceituação importante de cultura e como ela é moldada através das gerações. Ela é eternamente mutável e criada a partir de vivências históricas daquele povo, suas características geográficas, sua economia, sua política, enfim, diversos fatores que somados e colocados em determinado momento histórico constituem a cultura daquele determinado povo.

Em seguida é necessário fazer delimitações do que é a MGF, explicar, nos limites deste trabalho, porque a manutenção dessa prática é tão importante em diversos países da África. Mas sobretudo apresentar esse fenômeno sob duas vertentes, a visão dos próprios africanos (correndo o risco de uma generalização) e a visão do ocidente, com o característico individualismo. É importante apresentar duas visões diferenciadas justamente para exemplificar parte do que afirma o relativismo, culturas diferentes podem compreender de formas diversas o mesmo fenômeno.

Um ponto importante a ser levantado é a atuação do feminismo africano na questão da MGF, como esse feminismo se diferencia do ocidental e quais os pontos levantados por elas sobre esse tema. Elas pregam uma necessidade de serem inseridas no debate e de terem seu

local de fala, mas qual a relevância que esse grupo específico pode levantar e o que elas podem agregar ao debate.

Por fim, o trabalho pretende estudar dois casos de mulheres que passaram pelo procedimento da MGF, justamente para apresentar a fala de mulheres africanas sobre o tema, para demonstrar não apenas a visão das organizações internacionais, mas de pessoas de dentro desse meio cultural. Além de um apanhado geral sobre a situação da prática no mundo, considerando que ela não é mais restrita aos países do continente africano.

Os dois casos estudados serão: Khady Koita, ativista senegalesa que escreveu uma autobiografia contando sua trajetória de vida, incluindo o momento em que passou pelo procedimento, como se sentiu, como se constitui sua família (no sentido amplo) e outros pontos que serão devidamente explorados no terceiro capítulo. O segundo caso será o de Waris Dirie, uma modelo internacional que também passou pelo procedimento da MGF e conta sua história por meio de um filme intitulado Flor do Deserto.

O estudo desses dois casos é fundamental para o trabalho, pois mostra de forma mais real quais as motivações e quais as consequências da prática da MGF na vida das mulheres. Também porque demonstra quais as suas reações ao se depararem com culturas diferentes e repensarem o tema sob outro ponto de vista.

O trabalho busca estudar o tema sem ter a pretensão de buscar uma solução para o debate, mas na intenção apenas de trazer à tona uma discussão que considera importante, mas mostrando lados diferentes e visões diferentes. Mostrando que a perspectiva é fundamental para a formação de uma opinião, não apenas os argumentos, que mudar o referencial pode mudar tudo. Mostrando que adotar uma única perspectiva significa desabonar outros argumentos e opiniões de pessoas envolvidas no fenômeno e isso pode mudar tudo.

1. A CONSTRUÇÃO CULTURAL E OS DIREITOS HUMANOS

Cada geração de seres humanos que existiu, desde as primeiras pessoas, ajudaram a construir o que hoje cada sociedade chama de cultura. Um conjunto de práticas, crenças e costumes que regula as ações e pensamentos do dia a dia das sociedades pelo mundo é fortalecida e ao mesmo tempo alterada a cada nova geração. A construção cultural de uma sociedade é um processo lento e único, já que fatores históricos, geográficos e humanos definem e também diferenciam uma cultura de outra (Laraia, 2001, p.35 e 36).

Ela é tão significativa que é capaz de alterar até mesmo o modo como o mundo é observado, um mesmo movimento humano pode ser interpretado de formas diferentes por culturas diferentes, conseqüentemente altera o modo como as pessoas vão reagir a esse movimento. Essas variações podem ser relativas a coisas simples como a forma de cumprimentar alguém, por exemplo na França é incomum cumprimentar alguém com um aperto de mão, o mais educado seria cumprimentar com dois beijos no rosto. No Brasil é mais comum um aperto de mão até que se tenha um certo grau de intimidade com aquela pessoa ou que se esteja em um ambiente informal.

Mas essas diferenças podem ser mais sérias, como por exemplo a interpretação de violência. Algumas sociedades de cultura não-ocidental¹ tem a prática da mutilação feminina como tradição cultural e rito de passagem para as mulheres. Nessas culturas esse ato é considerado importante para uma mulher pois é visto como forma de purificação e classificação da mesma como “boa esposa”, não é caracterizado como uma agressão. No entanto, para culturas ocidentais é visto mais como um ato de violência contra essas mulheres pois, para que seja realizado esse rito, é preciso que a genitália da mulher seja cortada, muitas vezes para desfigurar com o objetivo de diminuir a sensação de prazer dela (Marin dos Santos, 2015).

Uma interpretação entende que esse rito é necessário para a mulher, sem o qual ela pode não ser aceita em sua sociedade. A outra entende que esse ato viola a dignidade e a integridade dessa mulher de maneira agressiva. É aí que se percebe o poder que a cultura pode exercer nas atitudes das pessoas, a forma de observar varia de lugar para lugar, de povo para povo. Quem

¹ Para efeitos práticos deste trabalho vale destacar que a divisão Ocidental e Oriental será feita por meio bases culturais e oferecendo uma generalização necessária. Regiões com uma maior influência cultural norte-americana e europeia serão consideradas como ocidente e as demais regiões entram no conceito de “orientalização” de Edward W. Said (mais sobre isso ver seu livro “Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente”, 1996), sendo classificadas como oriente. África, Ásia e Oceania serão classificadas como oriente, Américas e Europa como ocidente.

está certo e quem está errado em termos de cultura? Quem pode afirmar o certo e o errado quando estamos falando da história de um povo?

De acordo com Roque de Laraia (2001) etnocentrismo é um fenômeno universal, afirma que sua sociedade e sua crença é o centro da humanidade é uma atitude comum nos grupos. Excluir aqueles que são diferentes do esperado é outra regra que existe na maioria das sociedades, a partir dessa ideia surge o preconceito e a violência com os diferentes. Ele afirma que o ponto fundamental de referência não é a humanidade e sim o grupo, daí a estranheza com o “de fora”. Nesse sentido se fizeram os maiores genocídios da história, incluindo o nazismo na segunda guerra mundial, que acabou gerando consequências para o estabelecimento dos Direitos Humanos no cenário internacional.

Por causa de divergências como o exemplo mencionado acima foi desenvolvida a noção de Direitos Humanos², direitos que são inerentes a todo ser humano independentemente de raça, sexo, credo, nacionalidade, etnia, idioma ou qualquer outra condição, são direitos fundamentais da pessoa humana. Esses direitos foram criados pelo homem por uma necessidade observada ao longo da história, mas seu surgimento como entendemos atualmente aconteceu após a sua internacionalização no pós-guerra.

Inicialmente a referência para o mundo era o espiritual ou Deus, com a chegada do Iluminismo o foco passou a ser o indivíduo, a razão, o espírito crítico e a ciência foram elevadas e a busca por compreender a essência das coisas e das pessoas se tornou fundamental. Essa mudança foi a primeira grande alteração humana que colocou o indivíduo como foco e não como instrumento (Carvalho Derzié Luz, 2017).

Outro momento histórico fundamental para os Direitos Humanos foi a Revolução Francesa e a chegada de ideais como a liberdade, igualdade e fraternidade. Ideais esses que regem os Direitos Humanos até o presente dia. A noção de que todos são iguais nos seus princípios básicos e na sua condição de ser humano gera um sentimento de fraternidade com os outros, diminuindo o preconceito com o diferente, e a liberdade, que pode ser considerado o direito mais importante conquistado (Carvalho Derzié Luz, 2017).

² “Artigo II 1 - Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. 2 - Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.”

Em 1919, após a primeira guerra mundial, foi criada a Liga das Nações, com o objetivo de prevenir exatamente o que havia acontecido na guerra que acabara de acontecer³. Sua intenção era manter a paz e a ordem no mundo, mas o principal ponto levantado por essa nova instituição foi a relativização da soberania estatal. Foram criadas normas e sanções econômicas/militares para os Estados que violassem suas obrigações⁴. Pela primeira vez um organismo internacional tinha autorização para reprimir Estados que violassem regras dentro ou fora de seus territórios.

A noção de soberania foi questionada pela primeira vez e como afirma a jurista Flávia Piovesan (2017), a Liga registra o fim de uma época em que o Direito Internacional era confinado a regular relações entre os Estados, no âmbito estritamente governamental. A forma como os países tratavam seus nacionais deixou de ser uma questão puramente de jurisdição doméstica, passando a ser do interesse de entidades acima dos Estados também. O indivíduo passa a ser ator central do Direito Internacional (não apenas os Estados) passou a ser sujeito de direito.

Contudo, a principal mudança para os Direitos Humanos aconteceu após a segunda guerra mundial, depois de todas as atrocidades que foram feitas pela Alemanha nazista e do genocídio de milhões de pessoas. Percebeu-se com essa tragédia que afirmar esses direitos não era suficiente para garanti-los, era preciso mais. Dessa forma ficou estabelecido que não caberia mais somente aos Estados garantir esses direitos aos seus nacionais. O exemplo alemão provou que é preciso um controle externo, superior aos Estados e para proteção do homem.

A criação da Organização das Nações Unidas, ou ONU, formalizou a internacionalização dos Direitos Humanos e a delimitação da soberania estatal. Criada como substituta da Liga das Nações, ela tem a cooperação internacional como objetivo principal e a proteção dos Direitos do Homem é um dos seus focos. Assim, a garantia desses direitos passou a ocupar cada vez

³ PREAMBULO: As altas partes contratantes. Considerando que, para desenvolver a cooperação entre as Nações e para lhes garantir a paz e a segurança, importa: aceitar certas obrigações de não recorrer à guerra; manter claramente relações internacionais fundadas sobre a justiça e a honra; observar rigorosamente as prescrições do Direito Internacional, reconhecidas de ora em diante com regra de conduta efetiva dos governos; fazer reinar a justiça e respeitar escrupulosamente todas as obrigações dos Tratados nas relações mútuas dos povos organizados [...]

⁴ "Art.16. Se um Membro da Sociedade recorrer à guerra, contrariamente aos compromissos tomados nos artigos 12,13 ou 15, será "ipso facto" considerado como tendo cometido um ato de beligerância contra todos os outros Membros da Sociedade. Estes comprometer-se-ão a romper imediatamente com ele todas as relações comerciais ou financeiras, a interdizer todas as relações entre seus nacionais e os do Estado que rompeu o Pacto, e a fazer cessar todas as comunicações financeiras, comerciais ou pessoais entre os nacionais desse Estado e os de qualquer outro Estado, Membro ou não da Sociedade. Neste caso, o Conselho terá o dever de recomendar aos diversos Governos interessados os efetivos militares ou navais pelos quais os Membros da Sociedade contribuirão, respectivamente, para as forças armadas destinadas a fazer respeitar os compromissos da Sociedade."

mais espaço na agenda internacional. Além dessa nova organização foram criados tribunais internacionais para processar aqueles que violassem as normas de proteção estabelecidas, como o Tribunal de Nuremberg e o Tribunal Militar Internacional, para julgar crimes de guerra.

É importante destacar a importância que a criação desses tribunais internacionais trouxe. As novas leis de proteção aos Direitos Humanos e seus sujeitos de direitos, ou seja, os seres humanos, já haviam sido criadas, mas não havia forma de processar os Estados que violassem essas leis, que desrespeitassem seus cidadãos. Com a introdução dos tribunais ficou muito mais forte a noção de proteção dada aos indivíduos, eles agora teriam o poder e os mecanismos para se defender de eventuais violações.

Em 1948 foi escrita a Declaração Universal dos Direitos Humanos, Considerando a aprovação de 56 países, pode-se afirmar que esse documento representa a consolidação de uma norma de ética internacional, baseada nos valores a serem seguidos pelos Estados. Piovesan (2017, p.242) afirma que essa declaração é caracterizada por 2 pontos, o primeiro é sua amplitude, compreendendo um conjunto de direitos e faculdades sem as quais um ser humano não pode desenvolver sua personalidade física, moral e intelectual. O segundo ponto é sua universalidade, ou seja, é aplicável a todas as pessoas de todos os países, independente do regime político do território onde vivem.

Ao aceitar essa declaração, afirma a autora, os Estados aceitam também que o indivíduo é membro primeiramente de uma sociedade internacional, somente depois é cidadão de seu próprio país. Essa declaração trouxe para frente a liberdade como sendo tão importante quanto a igualdade, nesse caso, a não atuação do Estado significava liberdade. A ONU teria maior poder de ação se os Estados fossem parcialmente restringidos em sua soberania, o que não deixa de ser uma liberdade por si só, considerando que os próprios Estados aceitaram abdicar de parte dessa soberania em prol do bem comum. Ou seja, o princípio da liberdade representa a base da Declaração, juntamente com a igualdade.

1.1 O Universalismo cultural e os Direitos Humanos

A universalidade dos Direitos Humanos, ou seja, a noção de que todas as pessoas do mundo são titulares de direitos, foi amplamente aceita pelas organizações de defesa dos mesmos e foi considerada como revolucionária pois se aplicaria a todas as pessoas, não importando as

diferenças entre elas. Esse fato concretizou um novo tipo de proteção que impediria atrocidades como as que aconteceram na segunda guerra mundial (Piovesan, 2017, p.241).

A universalidade e os organismos de proteção internacionais, superiores aos Estados, surgiram como uma arma do ser humano, sobretudo das minorias, contra as injustiças que poderiam sofrer em seus próprios Estados ou fora deles. A partir de agora não seria mais preciso depender unicamente do seu governo para ter seus direitos garantidos. E mais importante, seria possível solicitar ajuda externa quando seu próprio governo se voltasse contra você, como aconteceu com tantas minorias e gerou tantos genocídios pelo mundo (Carvalho Dezié Luz, 2017).

No entanto, apesar de revolucionário e necessário, essa característica da universalidade trouxe à tona uma outra discussão que se mantém até hoje. O universalismo e o relativismo cultural, vale dizer, o foco deve ser dado aos indivíduos ou aos grupos a que eles pertencem? A Declaração dos Direitos Humanos foi elaborada dentro das Nações Unidas e com o apoio de diversas nações do mundo, mas apenas 48 Estados votaram a favor de sua validade universal. Ou seja, um pequeno grupo de países estipulou uma regra com validade mundial.

A intenção desse questionamento não é afirmar a invalidade da declaração ou da necessidade de proteger os seres humanos, mas sim de trazer um questionamento sobre a aplicabilidade dessa universalidade. O objetivo é discutir como essa característica pode entrar em choque com aspectos culturais de grupos pelo mundo e quais as consequências para os próprios seres humanos desse choque cultural.

Boaventura de Sousa Santos (1997) relata a influência da globalização na produção do que ele chama de temas globais, assuntos que ultrapassaram as fronteiras nacionais sendo de interesse do mundo, que usam o direito internacional para defender o que ele chama de patrimônio comum da humanidade. Ele afirma que esses temas estão sob constante influência dos países dominantes, como os EUA, que exercem seu domínio por meio da exportação de localismos globalizados⁵.

Outra diferenciação importante que esse autor traz é primeiro a globalização de cima para baixo, com o globalismo localizado e o localismo globalizado, segundo, a globalização de baixo para cima, com o patrimônio comum da humanidade. Ou seja, os países dominantes tendem a

⁵ Os países centrais têm a capacidade de produzir localismos globalizados, enquanto aos periféricos cabe a reprodução de globalismos localizados. Sobre esse tema ver SANTOS, 1997.

se expressar por meio da criação de noções e princípios de acordo com suas próprias concepções de certo e errado, além de exportar essas concepções para o restante do mundo.

Isso pode ser observado justamente no princípio da universalidade dos Direitos Humanos, apesar de buscar uma proteção plena para as pessoas, representa, por um lado, uma imposição das noções de Direitos Humanos e Direitos Fundamentais dos 48 países que assinaram a declaração sobre o restante do mundo. É justamente nesse sentido que o debate entre relativismo e universalismo cultural se sustenta, para compreender melhor a discussão é preciso definir o que sustenta cada uma dessas vertentes.

A doutrina do universalismo cultural entende que existem questões globais, que interessam a grande maioria de pessoas ao redor de mundo e que surgiram com a globalização e o compartilhamento de informações, como dito acima. De acordo com esse pensamento é preciso que essas questões sejam respeitadas de forma ampla pois configuram o que eles entendem como dignidade da pessoa humana e não podem ser ignoradas ou desrespeitadas com base em argumentos como cultura, filosofia ou ideologia.

Como justificativa para o universalismo os defensores dessa doutrina têm como base um pensamento jurídico apoiado justamente na dignidade da pessoa humana, vale dizer, o “mínimo ético irreduzível”. O jusfilósofo George Jellinek⁶ afirmou que esse direito consiste em um estreito conjunto normativo que estabelece regras morais obrigatórias para a sobrevivência da sociedade. O Direito seria um instrumento para que esses preceitos morais mínimos sejam respeitados, sobretudo porque é natural que alguns membros dessa sociedade não aceitem esse mínimo ético (Jellinek APUD Carvalho Derzié Luz (2017)).

Os universalistas entendem que relativizar a aplicação dos Direitos Humanos pode ser prejudicial para sua proteção pois esse relativismo seria usado para validar casos de violações a esses direitos e a comunidade internacional não teria efetividade para agir contra essas violações. O que traria a situação para o ponto inicial, uma ausência de proteção efetiva dos indivíduos e seus direitos fundamentais.

Além disso, os universalistas afirmam que ao assinarem a Declaração de Direitos Humanos os países se comprometeram em seguir e respeitar as determinações ali descritas. E que junto com esse comprometimento vem a concordância com os dizeres do texto, sendo injustificável a relativização dos Direitos Humanos.

Vale salientar o entendimento de Louis Henkin ao afirmar que o essencial nos Direitos Humanos são os indivíduos e não um grupo ou coletividade.

“Mas a ideia essencial de direitos humanos se relaciona com os direitos dos indivíduos, não de um grupo ou coletividade, os grupos podem ter direitos nos sistemas domésticos legais, mas, ao menos em sua origem, o movimento de direitos humanos não se voltou a esses direitos [...] essas previsões constituem uma excepcional adição à concepção geral desses instrumentos, de que os direitos humanos são reivindicações de uma pessoa perante sua sociedade.” (HENKIN (The age of rights, p.05) APUD PIOVESAN (2017, p. 240).

De acordo com o autor os grupos tem direitos no sistema doméstico legal e a autodeterminação e a soberania têm validade quando fala de recursos naturais, quando se trata de Direitos Humanos se trata da reivindicação de uma pessoa perante a sociedade. A capacidade de julgamento e controle nesse caso se volta para o Direito Internacional e não para o sistema jurídico doméstico.

A conferência de Viena serviu para por fim, ou assim se acreditava, aos questionamentos trazidos pelo relativismo cultural, com a aderência de 171 países do mundo às definições de Direitos Humanos trazidos pela declaração. Essa concordância serviria para demonstrar que os países estavam de acordo com as determinações e se comprometiam a segui-las. Considerando que a declaração foi votada apenas por 56 países, essa conferência buscou dar caráter realmente universal ao texto (Piovesan, 2017, p. 242).

Os universalistas entendem também que o próprio texto da declaração da conferência de Viena já se preocupa em proteger as particularidades de cada povo, mesmo que busque universalizar sua aplicação. Seu artigo primeiro determina que “A natureza universal de tais direitos e liberdades não admite dúvidas”, exatamente a fonte das críticas feitas à doutrina mencionada. Entretanto, em seu artigo quinto fica determinado que as particularidades e diversidade histórica, cultural e religiosa devem ser levadas em conta, mas que é dever dos Estados proteger seus indivíduos⁷.

Nesse sentido, entendem os apoiadores do universalismo que a questão do respeito à diversidade cultural dos povos já foi pacificada. Que, portanto, os 171 países que assinaram a

⁷ Lindgren Alves, 1994, p.105 APUD Piovesan, 2017, p. 243.

declaração da Conferência de Viena estão de pleno acordo com o caráter universal dos Direitos Humanos e sua aplicabilidade sobre os cidadãos do mundo.

1.2 O relativismo cultural e os Direitos Humanos

Uma outra doutrina, contrária ao universalismo, tem como pilar o respeito à cultura dos povos e busca explicitar a inaplicabilidade do princípio da universalidade do Direitos Humanos. Ela entende que o conceito de dignidade da pessoa humana depende da base histórica, política e social de cada grupo, ou seja, depende da cultura de cada povo e somente esse povo poderia definir quais aspectos constroem o conceito de dignidade humana para aquele grupo.

Essa doutrina entende que as organizações internacionais e os Direitos Humanos deveriam ter considerado, em sua construção, particularidades como as identidades locais de cada sociedade, os costumes e os valores dos povos. Não sendo esse o caso, afirmam que o princípio da universalidade é mais um exemplo do imperialismo cultural do ocidente sobre o restante do mundo.

Voltando à ideia de globalização (e suas consequências) mencionada acima, é possível compreender o pensamento dos relativistas. Os direitos e princípios estabelecidos na Declaração de Direitos Humanos se baseou nas noções ocidentais de dignidade humana, ignorando a diversidade cultural existente no mundo e as diversas interpretações que se pode ter do mesmo objeto. Sendo assim, uma forma de sobreposição de uma base cultural sobre a outra (ou outras).

Boaventura (1997) acredita que a incidência global dos Direitos Humanos viria com a diminuição da legitimidade local, ou seja, para se reconhecer o universalismo é preciso deixar parcialmente de lado as particularidades de cada povo. Além disso, afirma que por esse motivo a aplicação desses direitos não é universal e classifica quatro vertentes de interpretação: o europeu, o inter-americano, o asiático e o africano, cada uma dessas noções tem como base sua particularidade cultural e por isso tem percepções diferentes de quais direitos devem ser protegidos.

Ele conclui a ideia afirmando que apesar cada um desses grupos pensar que a sua interpretação é a mais abrangente, apenas as vertentes ocidentais pretendem formular suas concepções como sendo universais e apenas ela buscou aplicar sua forma de interpretação por meio das instituições de proteção internacional.

É com base nesse ponto que agem os relativistas, acreditam que não se pode afirmar que determinada visão é válida para todos os povos, em todas as regiões e para todas as culturas. Seria pretencioso pensar que o seu modo de ver é válido para o restante do mundo. É habitual que cada cultura pense na sua como sendo a melhor ou que o seu modo de ver os fatos é o mais adequado, mas para os relativistas é inválido pensar que a sua interpretação da realidade é o ideal para todo um planeta, a diversidade cultural impede essa lógica (Piovesan, 2017, p.241).

Para os relativistas essa prática reflete os interesses dos países capitalistas mais ricos e reafirma a ideia de dominância exercida pelos países do norte hegemônico. O entendimento dos universalistas de que a Conferência de Viena representou a aceitação pela maioria dos países do mundo das noções estabelecidas sobre os Direitos Humanos estipuladas na Declaração é compreendida de forma contrária pelos relativistas.

Para estes a aceitação aconteceu mais por um domínio econômico e cultural de um grupo de países sobre os outros do que uma concordância com as determinações da Declaração. Vale salientar que nos anos 40, ou seja, menos de 60 anos antes da conferência, boa parte dos países que assinaram essas regras era ainda colônia dos Estados dominantes. A concordância pode ter sido “forçada” por um passado de influência cultural obrigatória sobre as antigas colônias.

Um ponto que Carvalho Derzié Luz (2017) levanta sobre o choque cultural é a dicotomia entre direitos e deveres. Ela afirma que as culturas ocidentais tendem a focar muito nos direitos e menos nos deveres, por isso a preocupação em construir todo um arcabouço legal para proteger os Direitos Humanos. Em contrapartida, as culturas orientais acreditam que primeiramente devem vir os deveres dos indivíduos em sociedade, em prol do bem da coletividade. As culturas do dever entendem que a justiça só se concretiza quando há uma preocupação com o todo e não apenas com o particular, ou seja, com o indivíduo.

Os relativistas ressaltam ainda que as culturas ocidentais, base sob a qual os Direitos Humanos e sua universalidade foram forjados, tem um caráter muito antropocentrista, enquanto que as culturas orientais tendem a seguir uma visão de mundo mais teocentrista, onde o homem não é o foco. A autora Amartya Sen entende que existe de fato uma tendência de interpretação de verdade e justiça mais voltada para a visão acidental do mundo.

“[...] não estaríamos tentando nos propor uma característica puramente ocidental da organização política como uma abordagem geral da equidade e da justiça no mundo? Se a argumentação pública é extremamente importante para a prática da justiça, podemos pensar na justiça em todo o mundo quando a arte da argumentação pública como parte da democracia parece ser, segundo a crença comum, tão ocidental e tão localizada?” (SEN, 2011, p. 270).

Apesar de ressaltar esse problema que a visão ocidental dos fatos pode trazer para os Direitos Humanos, a autora em questão segue a doutrina do universalismo e afirma que a justiça deve ter um caráter universal e que os Direitos Humanos são capazes de apresentar a justiça ao mundo, devendo ter, dessa forma, uma aplicação universal.

Autores diversos já tentaram achar um equilíbrio entre universalismo e relativismo cultural, pois ambas as doutrinas têm pontos válidos para o debate sobre a aplicabilidade dos Direitos Humanos. No entanto, buscar um equilíbrio entre pensamentos tão diferentes acaba gerando mais de uma possibilidade de resposta. Uma dessas respostas foi dada por Boaventura (1997) quando este defendeu uma concepção multicultural dos Direitos Humanos.

Essa noção propôs um diálogo entre culturas, gerando um multiculturalismo emancipatório que garantiria uma relação equilibrada e uma aplicação mundial desses direitos, bem como a aceitação e o respeito à diversidade cultural dos povos. Amartya Sen (2011) afirma que a discussão internacional e o intercâmbio entre fontes, juntamente com a atuação de organizações internacionais pode disseminar a informação e enriquecer o debate cultural. Ela entende que a pluralidade de fontes enriquece o alcance.

A jurista Piovesan (2017) cita o pensamento de Abdullahi Ahmed An-Na'im, um pesquisador e professor sudanês, que estuda a cultura islâmica. Ele prevê a possibilidade de um intercâmbio cultural como sendo vantajoso para o debate universalismo e relativismo. Essa ideia deve gerar a reinterpretação de algumas bases culturais, como por exemplo a reinterpretação de alguns pontos do Corão, podendo assim ser criado um diálogo entre a cultura islâmica e a cultura ocidental dos Direitos Humanos.

Considerando a complexidade do debate e o polarismo de conceitos entre universalismo e relativismo cultural, é difícil se afirmar uma solução simples. Mas existe um ponto em comum entre as possibilidades de soluções apresentadas, é necessária uma troca entre as diferentes culturas para se obter no futuro um denominador comum que seja favorável de forma ampla. Que não seja apenas uma interpretação ocidental dos Direitos Humanos difundida para o mundo. É preciso que esses direitos sejam universais para garantir a proteção de todas as pessoas, mas que eles respeitem e representem a diversidade cultural existente no mundo.

2. A PRÁTICA DA MGF, SEUS SIGNIFICADOS E TABUS

O procedimento da mutilação significa uma grande discussão para os ativistas dos Direitos Humanos, para as organizações internacionais e para os próprios países. Representa um choque de valores e culturas, além de acusações, em ambos os lados, de violência e imperialismo. Mas o que significa ou o que é essa prática, porque ela é realizada e quais as consequências físicas, sociais e emocionais dela?

A MGF é realizada há centenas de anos sobretudo nos países africanos, mas também na Ásia e, com a globalização e as migrações, na Europa. Não se sabe exatamente quando essa prática se iniciou, mas acredita-se que desde o Egito antigo essas mutilações já eram realizadas. Ela é muitas vezes associada à religião muçulmana, mas vale salientar que apesar de apresentar um caráter espiritual, não está vinculada a nenhuma corrente religiosa. No próprio Corão não existiria nenhuma menção a essa prática, por mais que valha ressaltar que essa afirmação é da Anistia Internacional e não de uma entidade confessional ou especializada em história do islã.⁸

Em geral ela consiste genericamente em cortar ou raspar parte ou todo o órgão sexual feminino, mas foram classificados 3 tipos de “cortes” diferentes. A clitoridectomia (retirada de parte ou de todo o clitóris), a excisão (que inclui a retirada parcial ou completa dos lábios pequenos) e a infibulação ou circuncisão faraônica (que inclui, além dos dois procedimentos mencionados, o corte dos lábios grandes para criar superfícies em carne viva que depois são costuradas ou mantidas unidas para que tapem a vagina ao cicatrizar).

Em algumas regiões é possível encontrar um tipo menos agressivo, onde é retirado apenas o prepúcio do clítoris, assim como é feito na circuncisão masculina. O tipo varia dependendo do grupo étnico, do país de origem, se está em área rural ou urbana e sua origem socioeconômica⁹. Em geral esse procedimento é realizado em meninas de 4 a 8 anos, apesar de que essa idade pode variar dependendo do grupo. O procedimento é feito pelas mulheres daquele grupo, irmãs mais velhas, tias e sobretudo as avós, é considerado um direito das anciãs realizar essas práticas nas mais novas do grupo (as justificativas culturais para realização dessa prática serão explicadas mais a frente).

⁸ Relatório da Anistia Internacional *La mutilación genital femenina y los derechos humanos Infibulación, excisión y otras prácticas cruentas de iniciación*, (1998)

⁹ Relatório da Anistia Internacional *La mutilación genital femenina y los derechos humanos Infibulación, excisión y otras prácticas cruentas de iniciación*, (1998), p. 21

As mães nem sempre estão presentes no procedimento, podem apenas deixar as filhas ao cuidado das outras mulheres e ficam encarregadas dos cuidados posteriores ao ato. A ativista Khady Koita entende que para as mães é difícil estar presente quando o corte é realizado, as mães das meninas sabem que aquele procedimento é necessário para garantir o futuro delas, mas sabem também (pois passaram pelo mesmo, anos antes) como é agressivo. Ela afirma que seria doloroso para elas ouvir os gritos das filhas¹⁰, mesmo considerando aquilo essencial para elas.

A ativista mencionada passou pelo procedimento da MGF quando tinha 6 anos de idade e descreveu sua vida após esse fato em uma autobiografia intitulada “Mutilada”. Ela afirma que as mulheres faziam todo o processo, não havia homens por perto, eles ficavam encarregados dos meninos quando chegasse o momento apropriado. Era uma função das mulheres para as mulheres, do corte aos cuidados posteriores. Em geral o ato é realizado dentro da casa de uma anciã ou na própria casa das meninas.

Normalmente não se costuma usar anestésicos, alguns grupos usam plantas que possuem esse efeito (aplicando na região), outros pedem que as meninas sentem em água gelada, para adormecer a área antes do procedimento. Mas de forma ampla não se utilizada nada além da imobilização para evitar que as meninas fiquem se movendo. São usadas lâminas para realizar os cortes e objetos quentes para cauterizar ou queimar a área. Acredita-se que cerca de 80% dos casos seja dos tipos um e dois.¹¹

Em algumas regiões é possível que seja celebrada uma festa em homenagem as meninas que passam pelo procedimento, com danças, música e presentes para as meninas. Isso porque a realização da MGF significa um momento importante para as meninas e conseqüentemente para a sua comunidade. Ela passa agora a fazer parte de fato desse grupo e foi devidamente purificada, podendo ser aceita socialmente pelos membros de sua comunidade.

A maneira, a idade e o tipo de mutilação varia dependendo do grupo étnico, do país em que se encontra, se estão em zona rural ou urbana e da condição socioeconômica da menina.

¹⁰ “As mães foram embora. Um abandono estranho num momento daqueles, mas eu sei agora que nenhuma mãe, mesmo tendo o coração duro, poderia suportar a visão do que vão fazer com a sua filha e, sobretudo, seus gritos. Elas sabem do que se trata, pois já passaram por aquilo e, quando tocarem em sua filha, será sua própria carne que vai sangrar outra vez. Mesmo assim aceitam, porque é assim e por não terem outra via de reflexão a não ser esse ritual bárbaro pretensamente purificador para poder rezar, chegar virgem ao casamento e permanecer fiel.” Khady, *Mutilada* (2005), p. 06.

¹¹ Relatório da Anistia Internacional *La mutilación genital femenina y los derechos humanos Infibulación, excisión y otras prácticas cruentas de iniciación*, (1998)

Nas zonas rurais é mais possível serem realizados os tipos mais agressivos e sem muitos cuidados, mas é mais comum que se tenha uma festividade antes da realização. Nas áreas urbanas o procedimento costuma ser feito dentro da casa das meninas e com mais atenção à recuperação delas. Se a menina vem de uma família com boa condição financeira é possível que seja usada uma anestesia ou mesmo que o procedimento seja realizado por um médico em um centro hospitalar (mas essa não é a regra).

Antigamente se costumava realizar a MGF como um rito de passagem da juventude para a vida adulta, era feito nas mulheres antes do casamento, sem o qual elas não seriam consideradas mulheres. Atualmente, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, a idade das meninas está diminuindo, sendo realizado em crianças de 4 a 8 anos em média¹². Normalmente um grupo de meninas é levado até a anciã para realizar o procedimento, um grupo de vizinhas de idade semelhante ou mesmo irmãs.

De acordo com o relatório da Anistia Internacional (1998) é possível que 135 milhões de mulheres tenham sofrido a MGF e que, atualmente, cerca de 6000 mulheres passem por algum tipo desse procedimento por dia.

2.1 A visão ocidental

Para as culturas ocidentais é uma discussão relativamente simples, a prática da MGF significa uma violência contra a mulher, além de uma violação à sua integridade física e moral. É impensável para o pensamento feminista ocidental imaginar que esse ato possa ser aceito e mesmo incentivado pelas próprias mulheres. Permitir que o corpo de crianças seja agredido e desfigurado não parece ser passível de justificativa ou explicação.

O feminismo e sobretudo os Direitos Humanos falam muito sobre integridade física da mulher e sua capacidade de decisão sobre seu corpo e sua vida. Ter seu órgão sexual (sua identificação física de mulher) agredida de tal forma constitui uma das maiores violações que se pode imaginar. Sobretudo se as consequências futuras são consideradas.

A MGF deixa sequelas no corpo e na mente das meninas e mulheres que são obrigadas a passar por esse procedimento. De acordo com a Anistia Internacional (1998) durante o procedimento é possível ter problemas como hemorragias, danos ao clítoris e aos lábios, além

¹² OMS APUD Piacentini (2007), p. 119.

de dores intensas. Mas pode-se dizer que as consequências mais graves acontecem depois do procedimento, com a possibilidade de sangramentos, infecções graves, retenção da urina e mesmo a transmissão do HIV, considerando que em muitos casos é utilizada a mesma lâmina em várias meninas.

Na Infibulação é possível ter consequências ainda mais graves ao longo da vida, como danos aos órgãos do aparelho urinário e problemas de cicatrização, formando cicatrizes grossas e desconfortáveis.

“La infibulación puede tener efectos a largo plazo aún más graves: infecciones crónicas del tracto urinario, piedras en la vejiga y la uretra, trastornos renales, infecciones del tracto genital a consecuencia de la obstrucción del flujo menstrual, infecciones en la pelvis e infertilidad, tejido cicatrizal excesivo, queloides (cicatrices prominentes e irregulares que se agrandan progresivamente) y quistes dermoides.”¹³ (Relatório da Anistia Internacional, 1998)

Ativistas da área ainda falam sobre os danos psicológicos sofridos, sobre perder algo e não saber exatamente o que, por ser ainda criança, por ter sua inocência “arrancada” de você aos 4, 5, 6 ou 8 anos (média de idade da OMS para realização do procedimento), como descreve a ativista Khady Koita em sua autobiografia (2005). Ela descreve também que a relação familiar fica fragilizada (por um tempo) após a MGF, pois é a própria família que leva a menina para ser “cortada” ela descreve que sente muita raiva e que não sabe bem direcionar a alguém específico, tem raiva de todos que a colocaram nessa situação dolorosa.

“Em minha mente tudo é confuso. Não sei de quem devo sentir raiva. Daquela mulher que eu odiei imediatamente? De meus pais? De minhas tias? De minhas avós? Creio que tenho raiva de todo mundo. Tenho raiva da vida.”¹⁴ Ela menciona que sente raiva até mesmo do avô que nada falou para evitar a dor (por quem tinha um carinho especial) e que não consegue mais lhe “oferecer o sorriso dos dias felizes”.

As vítimas desse ato relatam dificuldade em realizar o primeiro ato sexual, afirmam sentir muitas dores, sobretudo naquelas que sofreram o tipo três, com o fechamento quase completo do canal vaginal. Muitas vezes as cicatrizes internas são tão espessas que as mulheres precisam fazer uma incisão antes da primeira relação, ou seja, mais uma dor, mais um risco de

¹³ “A infibulação pode ter efeitos a longo prazo ainda mais graves: infecções crônicas do trato urinário, pedras na bexiga e na uretra, transtornos renales, infecções do trato genital e consequente obstrução do fluxo menstrual, infecções na pélvis e infertilidade, tecido cicatricial excessivo, queloides (cicatrices proeminentes e irregulares que se agravam progressivamente) e cistos dermóides.” Tradução nossa.

¹⁴ Khady, Mutilada (2005), p. 10.

infecção e mais um corte.¹⁵ Fatos que são mais graves quando se considera que muitas vezes é o próprio marido (uma pessoa sem preparo médico) que fará essa incisão, pois não é permitido que outra pessoa tenha esse contato com uma mulher casada, como afirma Waris Dirie em sua autobiografia (transformada em filme, “Flor do Deserto” de 2005).

O parto e a gravidez também são alterados e exigem muitos cuidados após a mutilação, isso porque durante o parto o tecido cicatricial pode se desprender e gerar uma ferida grande. Além disso, por vezes é necessário fazer um novo corte para que haja espaço suficiente para a saída da criança. E a cada filho que essa mulher venha a ter será necessário juntar o tecido que se soltou novamente e abrir o canal (já cicatrizado) mais uma vez¹⁶.

Esses dados representam aspectos da vida privada dessas mulheres e são considerados como parte da dignidade sexual das mulheres, mais um direito que a prática da MGF viola, de acordo com os ativistas da área e as organizações internacionais. Dignidade essa que se vincula ao ato sexual, à orientação sexual e à capacidade de reprodução, aspectos estes que são gravemente agredidos pela MGF e que são protegidos, em tese, pelas organizações internacionais.

A Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir E Erradicar A Violência Contra A Mulher, "Convenção De Belém Do Pará" (1994) determina, já em seu preâmbulo, que aspectos culturais não devem servir de justificativa para atos de violência contra a mulher.

“**RECORDANDO** a Declaração para a Erradicação da Violência contra a Mulher, aprovada na Vigésima Quinta Assembléia de Delegadas da Comissão Interamericana de Mulheres, e afirmando que a violência contra a mulher permeia todos os setores da sociedade, independentemente de classe, raça ou grupo étnico, renda, cultura, nível educacional, idade ou religião, e afeta negativamente suas próprias bases”

Já o inciso “C” do artigo segundo reafirma o fato dos Estados terem o dever de impedir e proteger as mulheres contra atos de violência, sendo eles próprios considerados “agressores” caso não atuem nesse sentido. “Artigo 2 - Entende-se que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica: [...] c) perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.”

¹⁵ Relatório Anistia Internacional, 1998, p. 24.

¹⁶ Relatório Anistia Internacional, 1998, p. 24/25.

Nessa mesma declaração vale ressaltar um ponto, o de que a cultura, usada pelas apoiadoras da MGF como justificativa, é baseada em noções machistas e patriarcais da mulher, com estereótipos e limitações pré-estabelecidas por homens como forma de subjugação.¹⁷ Afirmam que esse modelo tem o apoio de instituições que o mantem e fortalecem constantemente, o patriarcado muda junto com o tempo e a sociedade em que se encontra, mas está relacionado com as relações de classe, raça, etnia e religiosidade.

“O machismo é um preconceito, expresso por opiniões e atitudes, que se opõe à igualdade de direitos entre os gêneros, favorecendo o gênero masculino em detrimento ao feminino. Ou seja, é uma opressão das mulheres pelos homens” (MOYA, 2019). Já o patriarcalismo, estrutura presente em quase todas as sociedades atualmente, é caracterizado por uma autoridade imposta institucionalmente, do homem sobre mulheres e filhos no ambiente familiar, passando por toda a organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura.¹⁸

A MGF é um exemplo enorme do poder que o patriarcado e a opressão masculina podem exercer, especialmente se pensarmos que um dos motivos para essa prática é restringir ou mesmo acabar com a sexualidade da mulher (sua sensação de prazer), desfigurar seu órgão feminino por ser considerado feio ou impuro e ainda porque a cicatrização excessiva do canal pode dar mais prazer ao homem na hora da relação.¹⁹ Mas o fator mais impressionante da influência do patriarcado nessa prática é que são as próprias mulheres que fazem e que transmitem essa tradição.

A prática é tão entranhada na cultura que as próprias meninas chegam a pedir para as mães que as “cortem”, para sejam iguais as amigas ou para que possam se casar. Não consideram como um ato de violência, mas como um processo necessário para a aceitação naquela comunidade. Acredita-se que o órgão sexual feminino é impuro e pode fazer mal para

¹⁷ “Artigo 6

O direito de toda mulher a ser livre de violência abrange, entre outros:

a) o direito da mulher a ser livre de todas as formas de discriminação; e
b) o direito da mulher a ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamento e costumes sociais e culturais baseados em conceitos de inferioridade ou subordinação.” (Convenção De Belém Do Pará)

¹⁸ Barreto, 2004.

¹⁹ Carta De Princípios Feministas Para As Feministas Africanas (AFF, 2006), p. 5/6. Essa carta foi desenvolvida durante o Fórum Feminista Africano de 2006 que contava com mais de 100 ativistas feministas de todo o continente africano e da diáspora. “*Sentimos que precisávamos de algo para ajudar a definir e a afirmar o nosso compromisso com os princípios feministas, e que orientasse a nossa análise e prática. Desta feita, a Carta estabelece os valores coletivos que partilhamos como chave para o nosso trabalho e para as nossas vidas enquanto feministas africanas. Ela traça a mudança que queremos ver nas nossas comunidades, e a maneira como essa mudança deverá ser alcançada. Além disso, a Carta explicita as nossas responsabilidades individuais e coletivas para com o movimento, e de umas para com as outras dentro do movimento.*”

aqueles que nele tocarem (marido no ato sexual ou um filho ao nascer), a MGF deveria purificar essa mulher, tirando dela algo sujo²⁰.

Essa questão da purificação é tão forte que em algumas comunidades as mulheres não cortadas não podem rezar, ser abençoadas ou mesmo tocar em comida ou água. “A circuncisão limpa as mulheres, estimula sua virgindade e castidade, protege as meninas jovens da frustração sexual ao atenuar seu apetite sexual” (Senhora Nieri, defensora da MGF no Quênia).²¹ As feministas questionam essa capacidade do patriarcado de dominar toda a cultura a ponto das próprias mulheres incentivarem a prática e a considerarem essencial.

A estrutura social e as instituições também incentivam essa prática e mantêm o *status quo* das mulheres. “Apenas a dominação é a verdadeira razão. E eles confiaram a execução às mulheres, pois era impensável para um homem "ver" ou "tocar" essa parte íntima da sexualidade feminina, mesmo em estado embrionário.” (Khady, Mutilada - 2005, p.7)

“FGM/C represents an extreme form of gender discrimination and is used as a way to control women’s sexuality. In countries where FGM/C is prevalent, however, very few women view the practice in this way. Instead, genital mutilation is often associated with positive effects that the practice is believed to bring about.” (UNICEF, 2005)

Os homens mantem essa prática para exercer seu poder, por acreditar que suas mulheres não iriam procurar outros genitores ou para que homens de outras tribos não as violassem, além de crer que as mulheres perderiam o desejo sexual, evitando problemas de infidelidade²². Essas meninas são incentivadas a esse procedimento por diversas razões morais e sociais que foram impostas a elas por uma cultura machista e patriarcal passada de geração em geração até os dias atuais.

As Nações Unidas, em seu Comitê de direitos econômicos, sociais e culturais e no Comitê pela eliminação da discriminação contra as mulheres²³ afirmou que o direito à saúde de uma mulher inclui sua saúde sexual e reprodutiva. Ou seja, os Estados têm o dever de respeitar e proteger esses direitos, mas eles são constantemente violados, como acontece no caso da MGF. Essa mutilação afeta permanentemente a vida sexual dessas mulheres por retirar o clítoris

²⁰ Relatório Anistia Internacional (1998), p.28

²¹ “La circuncisión hace limpias a las mujeres, fomenta su virginidad y castidad y protege a las muchachas jóvenes de la frustración sexual al atenuar su apetito sexual.” - Relatório Anistia Internacional (1998), p.27/28 APUD R. Katumba: «Kenyan Elders Defend Circumcision», Development Forum, septiembre, 1990, p. 17.

²² Piacentini (2007), p. 120

²³ Sexual and reproductive health and rights (UN, 2020).

e gerar cicatrizes que reduzem a sensibilidade, além de afetarem sua capacidade reprodutiva, podendo gerar a infertilidade.

O direito de escolhas das mulheres é o grande destaque nesse lado da discussão, ter a liberdade para escolher o melhor para si, como indivíduo e como mulher. Com conhecimentos e com seus direitos individuais garantidos essa mulher ou menina poderia determinar se a circuncisão feminina deve ou não fazer parte da sua identidade.

2.2 A Visão Africana²⁴ e o Feminismo Africano

A principal justificativa usada pelos apoiadores dessa prática é a cultura, por se tratar de uma tradição presente na base cultural de boa parte dos povos africanos é muito difícil entender esse povo sem verificar a MGF. Diversos mecanismos de manutenção são usados para “garantir” que essa prática se perpetue.

Sem o “corte” as mulheres podem não ser aceitas pelos homens e não conseguirão um casamento, que em algumas regiões da África é a melhor forma de proteção que a mulher poderá ter.²⁵ Caso o marido descubra que sua esposa não foi circuncisada ele tem o direito de pedir o divórcio, além disso as mulheres não serão aceitas pelas próprias mulheres. Existem relatos de mulheres que sofreram humilhações por meio canções depreciativas ou exclusão social.²⁶

Atualmente a idade mais comum para se fazer a circuncisão é entre 4 e 8 anos, quando a mulher não fez o procedimento e precisa fazer para ser aceita em casamento pelo pretendente ela passa por uma cerimônia vexatória. Em alguns lugares é feita uma exposição pública da mulher realizando o procedimento antes do casamento porque sua família não havia feito antes.²⁷

²⁴ Para efeitos deste trabalho será feita uma generalização, mas vale destacar que cada país e cada grupo étnico tem suas particularidades e sua visão específica sobre o tema da MGF.

²⁵ Existe uma forte pressão social para que essas meninas passem por essa prática, elas não possuem muita opção de se negar a fazer por algumas razões: o corte determina quem faz parte do grupo ou não (influenciando sua identidade); vínculo com a religião, dá a capacidade de rezar e receber bênçãos pela purificação; muitos homens não aceitariam casar com uma menina não mutilada (ela seria considerada indecente) e sem um casamento estariam desprotegidas; existe o mito de que mulheres não mutiladas seriam inférteis. Existem diversos motivos para essa prática tenha sido passada pelas gerações de forma oral (a África tem costume oral) e tenha se tornado uma regra social muito forte. Considerando países como a Somália, onde o próprio sistema legal é parcialmente composto pelas práticas sociais ou costumes, é possível compreender a influência que esse costume gera, a ponto de se tornar uma regra entre os grupos.

²⁶ Piacentini (2007), p. 119

²⁷ Piacentini (2007), p. 119

Por outro lado, para aquelas que passam pelo procedimento são realizadas festas, elas recebem presentes e elogios das outras pessoas da comunidade, demonstrando que ela foi aceita como membro. Elas estão autorizadas agora a participar de celebrações sociais, pois já foram purificadas e já estão de acordo com o padrão esperado pelo grupo social.

Entrando na questão da purificação da mulher, pode-se observar um caráter espiritual no procedimento de circuncisão, faz parte do entendimento desses povos que o órgão sexual da mulher representa uma impureza, um afastamento ao sagrado e que, por isso, deve ser corrigido, ou purificado. Em algumas culturas o clítoris é diabólico e que caso entre em contato com o marido ou o filho (tocando sua cabeça ao nascer) poderá trazer desgraças para ambos.²⁸

Em outras culturas o clítoris e os lábios são uma representação do sexo masculino no corpo da mulher, o que entraria em choque com a virilidade do marido. Algumas crenças afirmam que uma mulher “não-cortada” não pode receber a benção de Deus e que passará a ser amaldiçoada, bem como seus descendentes.²⁹

Outras culturas falam de mulheres “não-cortadas” em termos de saúde e higiene, elas são consideradas como sujas e não são autorizadas a mexer com água ou comida, para não contaminar os alimentos. Dizem que mulheres que não passaram pelo procedimento se tornam inférteis e não poderão gerar descendentes, a circuncisão serviria para purificar essa mulher, evitar que se torne infértil e tornar o parto mais seguro.³⁰

Vale destacar que apesar de ter um caráter espiritual e religioso muito forte, essa prática não é vinculada a nenhuma religião e não está descrita em nenhum livro sagrado. Ela é realizada por grupos de religiões diferentes, desde os cristãos aos judeus etíopes, sendo as comunidades de religião muçulmana as que menos realizam esse procedimento. Por mais que o Alcorão tenha atribuído a Maomé alguns provérbios mencionado essa prática, não foi descrito no texto como se a encorajasse ou visse como fundamental, apenas relatava um fato corriqueiro em sua época.³¹

Os apoiadores dessa prática entendem que, como é um ato realizado dentro de casa, geralmente pela família e a pedido da família, é um assunto interno e não cabe interferência externa. Os familiares acreditam que estão protegendo a criança de se perder dentro dos seus

²⁸ Relatório Anistia Internacional (1998), p.28

²⁹ Piacentini (2007), p. 120

³⁰ Relatório Anistia Internacional (1998), p.28/29

³¹ Autobiografia Khady, Mutilada (2005), p.6/7

desejos sexuais e garantindo assim um casamento seguro para ela. Além disso, estariam evitando que uma filha fosse excluída da sociedade e sofresse discriminações.

A proteção espiritual também é um ponto fundamental para as famílias que mantêm esse costume, uma filha deve ser purificada e protegida para que possa ter um contato mais direto com Deus e se beneficiar de sua proteção. Dessa forma, a intervenção de organizações internacionais ou até do próprio Estado constituiria um ato de imperialismo cultural.

A crítica feita pelas feministas africanas segue esse raciocínio, que existe um pensamento ocidental de superioridade³², como se o “norte” (como é chamado no texto de Martins)³³ fosse mais evoluído socialmente e tivesse o dever moral de corrigir as falhas da sociedade menos civilizada e suas barbáries. A autora critica que a percepção de superioridade dá a falsa impressão de que as mulheres do “norte” são menos oprimidas e tem sua liberdade de escolha respeitada.

A intenção de ajuda no desenvolvimento desse norte acaba por apagar os saberes locais e a lógica das mulheres locais que poderiam conduzir as ações de forma muito mais apropriada do que a noção de superioridade civilizatória empurrada pelo “Norte”.

“Para várias feministas africanas, a designação “mutilação genital” e a sua omnipresença no discurso do Norte não é ingênua. Consideram que transporta em si um juízo de valor eurocêntrico em relação ao “barbarismo” de uma prática que, desta forma, não pode ser abordada na complexidade das questões sociais, políticas e económicas que lhe estão associadas.” (Martins, 2018, p. 15)

Nessa lógica o feminismo africano buscar ressignificar o termo mutilação para qualquer prática que silencie ou oprimam as mulheres do Sul e buscam redefinir a visão epistemológica feminista do Sul nos estudiosos do Norte. Vale destacar que a prática da MGF é criticada por essas feministas e que elas buscam a erradicação dela, mas acreditam que como membros da cultura local em questão teriam meio e conhecimentos para determinar melhor formas de

³² “Assim, no Norte, o entendimento dominante destas “Mulheres dos Outros” passa, geralmente, pela construção de uma cultura Outra, por oposição ao Ocidente, a qual precede e modela a tentativa de compreensão das vivências das mulheres. A partir deste pensamento “culturalista”, formam-se novas abstrações correspondentes a blocos culturais, dos quais fazem parte as respetivas mulheres que não são reconhecidas como sujeito. Pelo contrário, as “mulheres dos Outros” são necessariamente apresentadas como vítimas – dos respetivos homens – o que torna a ação redentora do Ocidente num imperativo ético.” (Martins, 2018, p. 14)

³³ Martins, 2018, p. 14

combate, formas essas que não se apresentem com um caráter imperialista ou de salvação contra as barbáries do Sul.³⁴

“Silvia Tamale, feminista ugandesa, num artigo significativamente intitulado “The right to culture and the culture of rights” (2008), chama a atenção para a forma como o Norte e as suas instituições, nomeadamente a Organização Mundial de Saúde, ditam normas para o combate às práticas de MGF que constroem uma representação homogénea das mesmas, sempre sob o signo da amputação bárbara no âmbito de relações de poder patriarcais e violentas.” (Martins, 2018, p. 16)

Tamale afirma que não existe superioridade cultural, especialmente porque cultura é algo muito mutável e que se pode observar aspectos positivos e negativos em todas elas. Na “cultura africana” existem muitas normas que elevam e empoderam as mulheres, assim como nas outras versões culturais. Afirma que essa percepção de superioridade cultural prejudica a luta desse feminismo africano contra o patriarcado local.³⁵

2.3 A Medicalização da MGF

Como foi explicado anteriormente, a MGF é, geralmente, praticada por pessoas da família ou por mulheres da comunidade que são incumbidas de cumprir essa função, ou seja, é feita de maneira informal e normalmente sem os devidos cuidados. As meninas e mulheres normalmente não recebem nem mesmo um anestésico para amenizar a dor do procedimento.

Com essa percepção em mente, em 1997³⁶ a OMS emitiu um documento declarando que profissionais de saúde poderiam realizar esse procedimento nas meninas e mulheres, caso a família solicitasse. Dessa forma seria possível diminuir o trauma, a dor do procedimento e alguns riscos futuros, como infecções e hemorragias.

Esse tipo de procedimento realizado por um profissional de saúde capacitado podia ser feito em clínicas, no hospital ou mesmo na casa da família, a questão principal era a existência

³⁴ “The pervasive sensationalization of clitoridectomy in Western media and scholarship leads to the equally pervasive belief in the in-completeness of most African women, a belief that basically questions our humanity.” (...) the issue is not barbaric Africa and oppressive Islam. The issue is patriarchy. (...) Abuse of the female body is global and should be studied and interpreted within the context of oppressive conditions under patriarchy (NNAEMEKA, 2005, p. 60-1 APUD Martins, 2018, p. 15).

³⁵ Martins, 2018, p. 15/16

³⁶ “WHO guidelines on the management of health complications from female genital mutilation” (2016), p.20

desse profissional que deveria tornar o procedimento mais seguro e diminuir as consequências para as meninas e mulheres.³⁷

Essa utilização dos serviços desses profissionais foi considerada pela OMS como uma forma de “redução de danos” e buscava proteger as meninas sem agir de maneira imperialista, proibindo a prática. Acreditava-se que com o tempo e com a divulgação de informações sobre os danos causados à saúde das mulheres, esse costume iria diminuir gradativamente até desaparecer.

Nesse documento os profissionais da saúde foram incentivados a realizar o procedimento da maneira mais benéfica possível e dar informações às mulheres envolvidas, além proteger (ao menos parcialmente) a saúde dessas meninas, com isso seria possível uma contagem maior dos casos e os dados obtidos seriam mais concretos, gerando um estudo mais realista da situação.

Em 2008 foi emitido novo documento condenando essa prática, “Eliminating female genital mutilation”³⁸, 10 agências da ONU assinaram essa declaração conjunta e enfatizaram que independente de ser realizado por profissional da saúde ou não, a MGF representa uma prática danosa, antiética e que não deveria ser prática em nenhuma circunstância. Deixando claro que apesar de apresentarem uma possibilidade de contenção de danos, ainda consideram o ato uma violência.

Esse mesmo documento de 2008 determina que a realização desse ato por profissionais da saúde por ter consequências legitimadoras, pois o médico é, normalmente, uma figura respeitada na comunidade e sua ação pode afirmar para esse grupo que a prática é algo aceitável. Além disso, pode passar a impressão de que a MGF é benéfica para a saúde da mulher por estar “cl clinicamente fundamentada” ou que, ao mesmo, não é prejudicial.

Existem várias razões para que o profissional realize o procedimento, entre elas a o ganho financeiro, a pressão e noção de dever com a sua comunidade, alguns médicos afirmam que estão respeitando os Direitos Humanos ao realizarem procedimentos do tipo, por acreditarem que estão agindo de forma a respeitar a cultura daquele povo.³⁹ Outro grande

³⁷ “WHO guidelines on the management of health complications from female genital mutilation” (2016), p. 21

³⁸ “Eliminating female genital mutilation” (2008), p. 14

³⁹ “Eliminating female genital mutilation” (2008), p. 14

motivo é que alguns médicos aceitam realizar o procedimento por terem medo que ao negar essa criança sofra com um “corte” realizado em casa e sem os mínimos cuidados.⁴⁰

Muitas organizações, governamentais ou não, além de profissionais de saúde, acreditam que medicalizando o procedimento é possível reduzir os danos e melhorar a vida dessas mulheres sem forçar uma escolha cultural a elas. No entanto a OMS afirma que mesmo com os cuidados médicos não se pode reduzir os danos a longo prazo decorrentes da MGF⁴¹. Apontam que não há estudos demonstrando que os riscos obstétricos ou ginecológicos diminuam com o auxílio médico no procedimento.

Outro medo é que essa “segurança médica” poderia normalizar o procedimento e enraizá-lo ainda mais na cultura dos povos, como acontece com a circuncisão masculina. Muito conhecida pela religião judaica, esse costume é similar ao tipo I da MGF, que seria a retirada do prepúcio do órgão genital. Ele é realizado de forma ampla e sem grandes críticas sociais, seria pela realização acontecer geralmente em meio hospitalar e com os cuidados necessários?

Em 2016 a OMS emitiu um documento com guias de referência para os médicos que se encontrarem em situações semelhantes. Ele indica como devem agir quando uma família pede que seja realizado o procedimento da filha ou que uma mulher que acabou de parir e quer a reinfibulação (um novo fechamento dos lábios após a abertura para o parto).

“Technical knowledge about how to recognize and manage complications of FGM, including suitable obstetric care and how to counsel women on FGM-related issues, must be provided in order to emphasize the health-care provider’s role as a caregiver rather than a perpetrator”. (“WHO guidelines on the management of health complications from female genital mutilation” (2016), p. 21/22)⁴²

O documento também oferece diretrizes para cirurgias estéticas reparadoras em mulheres que passaram pela MGF e desejam retomar a forma original do órgão genital. Bem como cirurgia que vão além do estético e conseguem oferecer a essas mulheres sensações de prazer durante o ato sexual.

⁴⁰ “WHO guidelines on the management of health complications from female genital mutilation” (2016), p. 22

⁴¹ Eliminating female genital mutilation” (2008), p. 14/15

⁴² “Conhecimento técnico sobre como reconhecer e lidar com as complicações da MGF, incluindo adequado cuidado obstétrico e como aconselhar mulheres em assuntos relacionados a MGF, deve ser disponibilizado para enfatizar o papel do profissional de saúde como cuidador e não como perpetrador.” (Tradução nossa)

Muitas organizações não governamentais e indivíduos que são contra a circuncisão e outras formas de mutilação afirmam que a medicalização desse procedimento reduz os riscos imediatos do procedimento, tornando-o mais aceitável para a mulher⁴³. Além disso afirmam que é o primeiro passo para a eliminação dessa prática nas comunidades. Juntamente com o trabalho de conscientização das pessoas e, sobretudo, dos líderes comunitários seria possível eliminar gradualmente o costume do “corte”.⁴⁴

3. CASOS REAIS DE MGF E A SITUAÇÃO JURÍDICA MUNDIAL

Para exemplificar as perspectivas do universalismo e relativismo cultural e demonstrar os dados exibidos no segundo capítulo serão estudados brevemente dois casos de mulheres que passaram por esse procedimento (diferentes tipos) e suas visões. Como ficaram suas vidas e como elas entendem o que aconteceu quando eram jovens em seus momentos atuais, ou quando escreveram os livros (suas autobiografias).

O objetivo é demonstrar a visão de mulheres africanas sobre o assunto e sair um pouco dos relatórios e documentos das organizações internacionais, mostrar outro tipo de entendimento ou pelo menos uma outra forma de falar sobre o tema. Não faria sentido demonstrar que existe um feminismo africano, que pede para ser colocado à frente desse tema na hora da fala, e deixar apenas a opinião das organizações reger esse trabalho. Estudar, mesmo que nos limites do trabalho, a fala dessas duas mulheres é fundamental para a justa compreensão do fenômeno.

Além disso, estudar, mesmo que nos limites da pesquisa, esses casos podem mostrar o lado mais humano e real do tema, permitindo ao leitor observar que a MGF vai além de dados em uma tabela ou informações em um relatório. Que as milhões de mulheres que passaram pelo procedimento até hoje são mais que uma cifra, são pessoas que devem ser ouvidas.

Em seguida serão oferecidos dados sobre a situação atual da MGF no mundo, quais as últimas legislações sobre o tema e como está o número de casos no mundo. O que os Estados estão fazendo sobre o tema (se aceitam a prática ou se lutam contra ela), quais países agem mais fortemente e quais atuam de forma mais sutil.

⁴³ “WHO guidelines on the management of health complications from female genital mutilation” (2016), p. 21

⁴⁴ “Eliminating female genital mutilation” (2008), p. 14/15

3.1 Caso Khady Koita

A ativista Khady Koita escreveu uma autobiografia relatando sua vida no Senegal, iniciando basicamente com o momento da sua mutilação e mostrando como as tradições e costumes moldaram a sua vida, até o momento em que se tornou atuante contra a prática da MGF na ONU. Ela demonstra seus sentimentos ambíguos durante toda a vida e como foi para ela o processo de descoberta pessoal que passa toda mulher.

Todas as informações desse ponto serão retiradas dessa autobiografia intitulada “Khady, mutilada”, o livro foi escrito em 2005 e apesar de ser curto possui uma quantidade enorme de informações. É impressionante a maneira como ela se expressa e demonstra a complexidade de sentimentos que foi a sua vida até ela se encontrar como mulher.

Nascida em Thiés, no Senegal, ela foi criada pela avó (como mandava a tradição), mas sua mãe vivia a menos de 100 metros dela e se viam frequentemente. Sua avó era a segunda esposa do seu avô e como era o costume de lá as três esposas dele a tratavam como neta, independente da origem genética, cuidavam e puniam da mesma forma. Khady relata com frequência a noção de comunidade que existia em sua família e em como a poligamia podia ser algo útil.

Na sua fraternidade eram três meninos e cinco meninas, aqueles que ficaram a encargo de sua avó na criação, ela diz que em sua casa são todos tios, primos, ou sobrinhos de qualquer um e que a tribo engloba a todos. Existe um sentimento de apoio nessa grande família (ou comunidade, como ela diz), todos estão envolvidos na criação dos menores e todos devem cuidar dos mais velhos em seus tempos de velhice, é uma regra social muito forte.

Mais à frente no livro, quando já vive na França, ela fica chocada com o tratamento dado aos mais velhos, os filhos não cuidam deles da mesma forma e para ela, isso era um desrespeito a tudo o que eles fizeram durante a criação desses filhos. Diz que na França uma mulher que não teve filhos ficaria sem ninguém para cuidar dela, a não ser o próprio Estado, no Senegal isso não aconteceria.

Vale destacar uma diferença notável na constituição da família, seu núcleo familiar era composto pela avó e pelos primos, aqueles que moravam na mesma casa que ela, sua mãe estava perto, mas não influenciava diretamente em sua criação (como geralmente é visto nas culturas ocidentais). Esse arranjo familiar era tão forte que quando sua avó faleceu uma tia-avó veio

buscá-la para se encarregar da sua educação, pois era sua “obrigação moral” agora que a irmã tinha morrido, mesmo a mãe morando na mesma rua.

A obrigação moral com a família cria esses arranjos familiares diferentes, em contraste está a perspectiva do individualismo atual das culturas ocidentais. A busca pela satisfação das vontades e de desejos individuais, em detrimento dos projetos coletivos da família representam uma característica do modelo familiar ocidental⁴⁵, muito diferente do que a autora descreve sobre sua família. Ela chega a se referir à família como sendo um sujeito, por exemplo, “a família está cansada das brigas”, demonstrando a importância dada à entidade da família.

Em sua cidade, por exemplo, uma mulher que não teve filhos seria cuidada pelos filhos das outras esposas ou pelo restante da família/tribo. Isso aconteceria pelo sentimento de comunidade forte que se tem, os filhos são da família e devem ser cuidados por todos, assim como os mais velhos são os idosos da família e devem ser cuidados por todos. Outro costume que protege a família é que as viúvas dos irmãos mais novos costumam se tornar esposa dos irmãos mais velhos (ou vice-versa), para que ela não fique desamparada.

Khady é oriunda de uma casta de “nobres” (que ela faz questão de esclarecer ser diferente na noção de nobreza europeia), etnia *Soninké*, originalmente agricultores e comerciantes e a nobreza vem no sentido da educação. Ela afirma que era muito estrita, com princípios como a religiosidade, a fidelidade, a honestidade e o orgulho da própria palavra, valores, afirma, que acompanham a pessoa por toda a vida. Além da educação moral, a sua família fazia questão de dar uma educação formal aos filhos.

Ela foi para a escola e teve uma educação em línguas, matemática e outras áreas, essa educação foi fundamental para o seu futuro na França. Possibilitou que ela trabalhasse, que compreendesse seus direitos e que tivesse as armas para lutar por eles. Foi a educação, de acordo com ela, que a protegeu das violências da vida. Diferentemente do caso que será estudado em seguida, onde a jovem não teve oportunidade de uma educação formal, dificultando sua vida na Inglaterra e criando situações que poderiam ser evitadas, caso ela tivesse conhecimento sobre seus direitos.

Isso demonstra como a educação formal, a escola, é fundamental para a proteção das mulheres e meninas, não é suficiente que elas tenham organismos para sua proteção física, mas que saibam que podem usa-los e porque deveriam fazê-lo. Oferecer o conhecimento, seja

⁴⁵ Martins-Suarez e Farias (2016), p. 03.

cultural (sobre a prática do corte em si), seja formal com a escola (para garantir um trabalho no futuro) ou mesmo uma educação cívica, (para conhecer seus direitos) é boa parte da resposta para a violência contra as mulheres.

Mais à frente ela relata o momento em que a família à levou para ser cortada “hoje, minha filha, nós vamos purificá-la”⁴⁶. Ela descreve que as primas que moravam na capital foram para casa nas férias e estavam todas juntas na casa de uma das avós, ninguém explicou o que estava acontecendo, apenas juntaram todas as meninas e parecia, de acordo com ela, um pequeno rebanho. Todas estavam limpas e bem vestidas aguardavam, bem obedientes, novos comandos das avós.

Uma senhora, amiga da avó, realizou o procedimento, pois ela era da casta das ferreiras, onde os homens ficavam encarregados de cortar os meninos e as mulheres de cortar as meninas. Ela nota que as mães foram embora, que deixaram as filhas aos cuidados das avós, depois ela diz entender por que desse “abandono”, uma mãe não suportaria ver o que farão à sua filha mesmo ela sabendo ser algo necessário para a filha em seu desenvolvimento como mulher. Ela descreve que para uma mãe seria como “ter sua carne cortada novamente”, mesmo sendo necessário, seria doloroso (o que, para a mãe, não tira a legitimidade da circuncisão).

A avó explica que ela precisa ser purificada (*salindé*) para poder rezar e receber a benção divina. Mas ela lembra que essa prática nada tem a ver com religião, por mais que lhe deem um caráter espiritual e religioso. Ela afirma que os homens quiseram manter essa prática ao longo dos anos por “diversas más razões”, seja por crenças de um suposto perigo que o órgão feminino poderia causar ao homem, por um aumento do prazer masculino (que a circuncisão feminina poderia gerar) ou por uma simples necessidade de dominar a mulher em sua expressão de mulher mais primária, por um machismo.

“assegurar seus poderes, acreditar que suas mulheres não iriam procurar outros genitores, ou que os homens de tribos inimigas não as violariam! Outras explicações, ainda mais absurdas, pretendem que o sexo das mulheres seja impuro, diabólico; o clitóris, em si diabólico; ao tocar a cabeça da criança no nascimento, a condenaria a inimagináveis desgraças, até mesmo à morte. Alguns pensaram também que essa falsa representação de um pênis minúsculo faria sombra à virilidade masculina. Apenas a dominação é a verdadeira razão.”⁴⁷

Ela afirma que nessa hora não tinha nenhum homem perto dela, que apesar de ser uma “exigência” masculina, o procedimento era feito e perpetuado pelas próprias mulheres. O corpo

⁴⁶ Khady, mutilada (2005), p.05.

⁴⁷ Khady, mutilada (2005), p.06 e 07.

da mulher representaria um perigo para o marido e para os descendentes, mas era apenas uma forma de controlar sua sexualidade e cortar seu corpo era o meio mais direto de cortar sua sexualidade. O procedimento é si é relativamente rápido, mas extremamente doloroso, feito com uma lâmina e sem anestesia. A mulher terminou e passou para a próxima menina, os cuidados posteriores ficam para a família da menina.

As famílias fazem cafés da manhã especiais e as avós dançam em homenagem à coragem das meninas, carneiros são mortos para festejar a purificação, mas Khady diz que não se sente corajosa, sente apenas a dor e o desconforto. Ela diz que as avós falavam que com o tempo tudo se resolvia e de fato, com uma semana a dor havia passado e o fato começava a ser deixado de lado. Todas as meninas seguiram a vida normalmente e apenas um mês depois Khady teve a curiosidade de olhar para ver o que havia sido cortado.

Ela viu uma cicatriz dura no lugar da dor, mas não sabia dizer o que haviam retirado, afinal, tinha seis anos quando isso aconteceu e não tinha ideia do que havia ali antes. Apesar de não saber o que haviam cortado ela teve a curiosidade de saber o que era, mas somente anos depois chegou a descobrir, pois o órgão feminino era um assunto que não se falava, as avós diziam apenas que deveria ser sempre limpo e o assunto era esquecido novamente. Para a menina, só importava saber que a haviam purificado, o que havia ali antes não deveria ser assunto para elas, o que é interessante de se pensar já que foi retirado algo do corpo delas, mas não lhes deveria interessar o que ou por que. Uma noção que as culturas ocidentais, os direitos humanos e a noção de autoridade feminina sobre seu corpo têm muita dificuldade em compreender.

O conceito de família é muito forte e, por isso, é costume casar primos para que se mantenha a família, aos 13 anos Khady foi avisada pelo pai que um primo da França queria se casar com ela e perguntou se ela concordava. Ela afirma que achava interessante essa pergunta porque ela não poderia dizer não, mas os pais em sua família sempre perguntavam antes. O alcorão ensina o dever de fazer a pergunta, por mais que não exista uma escolha de fato, a vontade da menina não importava de fato, pois apenas viúvas e mulheres divorciadas⁴⁸ podiam escolher, as meninas eram obrigadas. O pai já sabia a resposta da sua pergunta, ele perguntava

⁴⁸ Sua irmã mais velha se divorciou do marido e imediatamente foi pedida em casamento por um primo da França. Mas ela recusou (apesar do pai aconselhar o casamento, ele sabia, afirma Khady, que não poderia mais obrigá-la) e Khady acredita que por isso foi pedida em casamento, acredita ser o mesmo homem.

apenas por um hábito da religião e da família, era uma pergunta de praxe onde ele já sabia sua resposta porque o costume não permitiria outra.

Sua irmã mais velha tentou dizer não e acabou apanhando do avô até aceitar o casamento, mas Khady não falou nada e sua avó respondeu por ela dizendo que casaria. Uma menina não poderia se recusar, entra na noção de que se ela recusa é porque não sabe reconhece que sua família busca o melhor para ela e busca sua proteção na vida, socialmente e financeiramente. Os pais devem decidir a melhor maneira de proteger seus filhos, uma noção que sofre para ser compreendida na cultura ocidental, pois retira da interessada toda e qualquer capacidade de escolha sobre sua própria vida, dando essa escolha e essa capacidade ao homem chefe da família.

Alguns meses depois seu futuro marido e a família dele foram até sua cidade para realizar o casamento, mas ela ainda não sabia disso. Estava realizando suas tarefas do dia normalmente quando sua avó mandou que ficasse em casa e não saísse, momentos mais tarde uma amiga de sua irmã lhe deu uma tapinha de leve na cabeça⁴⁹ e ela entendeu o que havia acontecido.

Ela havia sido casada, o interessante, ressalta a autora é que ela não foi convidada para o próprio casamento, que a sua presença não era importante para a realização do fato. A cerimônia é realizada pelos homens das famílias na mesquita e a esposa é informada para poder realizar a festa posterior. Ela diz que esse fato de não ser incluída na cerimônia faz com que ela pareça casada aos olhos dos outros, mas não aos dela. Novamente um aspecto importante da sua vida havia sido realizado sem o seu conhecimento, novamente sua opinião não importava realmente, apenas seria informada do fato, assim como foi quando seu pai perguntou se aceitava se casar.

Ela tinha 14 anos quando se casou e seu marido queria que ela fosse para a França com ele, mas não foi autorizado que ela viajasse por não ter a idade mínima para registrar o casamento. Nesse momento, ela esclarece que o registro civil do casamento não importa para as comunidades, apenas o religioso, por isso, a data do seu registro foi colocada um ano mais tarde, como se ela já tivesse 15 anos e pudesse se casar legalmente. Um detalhe chocante foi que seu primeiro pensamento ao saber que ainda não tinha idade para se casar legalmente foi o de que agora precisaria ficar mais um ano em casa e poderia concluir mais um ano de escola.

⁴⁹ É comum dar um tapa de leve na cabeça das recém casadas na intenção de atrair casamento para a primeira que der o tapa, costume similar ao “jogar o buquê” em casamentos na cultura ocidental.

Ela não tinha noção de que era muito nova para se casar, inclusive aos olhos do Estado, era comum que meninas se casassem nessa idade e, portanto, não foi estranho para ela, apenas ficou feliz por ter oportunidade de estudar por mais um ano. Dessa forma, aos 15 anos ela teve que se mudar para França com o seu marido e começar uma vida, pouco tempo depois ela engravidou e deu a luz ao seu primeiro filho aos 16 anos. Ela diz que, anos mais tarde, parando para refletir sobre esse fato pensou em sua filha, que se alguém quisesse que ela se casasse aos 14 anos lutaria para impedir. Explica que a infância dura até a primeira menstruação, que a adolescência (período importante do desenvolvimento emocional) não existe pois imediatamente após a infância se inicia a vida adulta, com o casamento e os filhos.

Atualmente ela diz que esse “corte” no seu desenvolvimento e esse pulo de criança diretamente para adulta é muito brusco⁵⁰, mas na época achou isso muito natural e aceitou como um fato da vida, nem positivo e nem negativo. “Mas eu ainda tinha muito caminho a percorrer na minha cabecinha de adolescente, antes de me dar conta de que nem toda tradição é boa de ser mantida num mundo que evolui tão rápido.”⁵¹ Novamente a noção de que o normal para ela e sua comunidade era esse “corte”, sair da infância para a vida adulta, sair das brincadeiras na rua (como ela descreve) para a vida de casada. O estranho seria uma menina que não se casa ou que demora muito para se casar.

Três anos depois ela fica grávida pela terceira vez e é uma gravidez complicada pois ela estava enfraquecida por gestações seguidas e o parto cada vez mais difícil por causa da sua idade e da excisão, cuja cicatriz atrapalha muito na hora de nascer. O cansaço físico e a depressão (mais tarde diagnosticada) fazem com que Khady seja hospitalizada e deixe suas duas filhas aos cuidados de uma prima ferreira (a casta responsável pelo corte).

Após 15 dias ela sai do hospital e essa prima a leva para casa, no caminho conta que aproveitou para purificar as crianças e que ela não precisaria mais se preocupar com isso. Que era melhor fazer agora que eram novas do que esperar que fosse para a África, quando estariam muito crescidas.

Nessa época a mais velha tinha 2 anos e a mais nova 18 meses, Khady diz que não ficou zangada com ela, que assumiu a responsabilidade desse ato pois a prima havia feito algo que considerava seu dever e estava protegendo as filhas da prima. Além disso se tivesse decidido

⁵⁰ Ela afirma que seu marido, aconselhado pelos outros homens da família, queria o casamento com uma menina bem jovem de sua tribo porque ela seria mais fácil de controlar e não traria problemas como sua primeira esposa (de quem se divorciou antes do casamento com Khady).

⁵¹ Khady, mutilada (2005), p.39

realizar a excisão na França teria chamado a ela para fazer, então ela apenas se adiantou com a decisão.

Automaticamente, pensei que essa decisão por parte da prima foi um abuso e que deveria pertencer apenas à mãe, mas Khady logo corrige esse meu pensamento. Ela afirma que a prima estava cuidando das meninas e que agiu de forma a facilitar a vida da mãe hospitalizada (diminuindo uma preocupação). Além disso, ela agiu dentro do âmbito das relações familiares, onde todos amam, cuidam e punem independente a quem deu à luz àquela criança específica, são todos filhos da família. A família, no noção de sujeito, tem o direito de educar as crianças da família, pois é um filho da família, e não apenas daquele pai ou daquela mãe. A percepção familiar é muito maior do que a ocidental, todos os adultos educam e punem e todas as crianças obedecem a todos. Por isso que para ela não foi chocante a prima decidir sobre algo tão íntimo de suas filhas, ela agiu dentro dos seus direitos de família.

Ela pensou sobre sua própria excisão e percebeu que não pensava nisso há vários anos, que aquilo era necessário para as filhas e de fato, a prima havia pensado bem quando disse que elas sofreriam menos sendo mais jovens. Ela pensava no assunto como algo normal, sem dar muita importância, assim como o fato de estar grávida aos 16 anos, era algo natural da vida e não um motivo de grande reflexão.

Meses mais tarde foi noticiada a morte de uma menina africana que morava na França, ela havia sofrido a excisão, a prima afirmou que não cortaria mais meninas e Khady voltou a pensar sobre o assunto, de forma mais inquisitiva do que a primeira vez. Ela declara que se tivesse ouvido falar sobre a excisão um pouco antes talvez as filhas não tivessem passado por esse procedimento.

Anos mais tarde em uma viagem à África, sua mãe menciona que será preciso cortar as meninas da família que estão de férias, o pai de uma delas (irmão de Khady) afirma que não tocarão na sua filha ou ele mandará todas para a prisão. Ela lembra que todas riram da reação dele e riram da ameaça de prisão que pareceu fora de propósito, me prender por purificar sua filha? Não parecia fazer nenhum sentido naquela época. A reação do seu irmão que lhe parece mais do que natural atualmente pareceu sem razão à época, porque seu conceito de normalidade continuava sendo o de sua comunidade, onde as meninas precisam ser cortadas e purificadas, onde esse assunto não é discutido, apenas aceito por ser o certo, por ser para o bem delas.

Em 1999 ela lembra de encontrar, novamente no Senegal, a prima que fez a excisão em suas filhas, ela fala se estivesse na França estaria do lado dela, contra o corte. Que agora existem associações dando informações sobre o tema, mostrando que o ato pode deixar as mulheres estéreis ou perder a criança no parto e que agora existe uma lei proibindo. Khady explica que

mesmo depois de compreender o que significava a excisão não teve raiva dessa prima, não se falava sobre isso, apenas se reproduzia aquele costume.

Ela explica que teve um casamento muito difícil, que no Senegal as mulheres não são confinadas a sua casa, elas respeitam o marido e a família, mas trabalham e ganham seu dinheiro para ajudar em casa. Mas que para as mulheres africanas na França era mais complicado, elas eram obrigadas a ficar em casa e servir apenas para o prazer do marido. Dessa forma, o casamento foi difícil e a relação sexual mais ainda, ela não sabe afirmar se era por causa do marido ou da excisão que sofreu. Sua própria cultura entrou em choque quando saiu da comunidade para a França, era difícil aplicar seus costumes no novo país e as regras foram alteradas, mas foram prejudiciais apenas para as mulheres, cortando ainda mais sua liberdade e suas capacidades de escolha.

E não havia com quem conversar a respeito, de acordo com ela as mulheres africanas não falavam sobre isso, era uma questão de pudor. O tema da excisão, suas consequências e as relações sexuais com o próprio marido eram um tabu, um assunto que simplesmente não era discutido, ficando esquecido na mente e na vida dessas mulheres.

Ela discute mais à frente no livro o conceito de estupro conjugal, algo inexistente para ela durante seu casamento, mas isso não impediu que o fato acontecesse. Ela relatava as violências do marido e o quando era incomodo para por ser uma mulher excisada, “será que ele não sabe o que significa para uma mulher excisada uma relação imposta desse jeito?”⁵². Ela descreve que o conceito de estupro conjugal simplesmente não existia e, portanto, não poderia ser discutido. Novamente era apenas algo que existia e que não se questionava, por estar dentro da normalidade para ela. Nesse ponto a cultura ocidental não é tão diferente, é comum ver casos de estupros conjugais, a diferença é a que nesta o assunto é mais discutido, por mais que continue acontecendo.

Um ponto importante a se relatar é a tentativa do governo francês de resolver os problemas de uma comunidade cujos costumes são desconhecidos. Um exemplo foi a prática da “decoabitação”, uma possibilidade de solução para as famílias poligâmicas, onde era possível requerer ao governo francês um novo apartamento desde que ele se divorciasse da segunda esposa. Isso foi ineficaz pois os homens apresentavam a certidão de divórcio e requeriam o apartamento, mas continuava casados na prática.

⁵² Khady, mutilada (2005), p.54

Isso porque, para a cultura dela o casamento civil é apenas uma formalidade, só o casamento religioso importa de fato, demonstrando como o desconhecimento de uma cultura pode atrapalhar na hora de aplicar um auxílio social.

“A hipocrisia me parece evidente, O marido vai apresentar a certidão de divórcio, claro, mas na realidade nunca se divorciou, pois o casamento civil, para nós, é apenas uma formalidade! Só o casamento religioso é importante. A França acredita poder resolver esse problema tecnicamente; mas, culturalmente, é impossível e, sob o aspecto prático, mais ainda, uma vez que as mulheres têm os pés e as mãos atadas, elas não têm outro meio de sobrevivência.”⁵³

O casamento religioso é o que importa, ela iniciou o processo de divórcio na França, mas diz no livro que ainda não se sentia livre inteiramente pois ainda estava casada no religioso, seria preciso o divórcio perante a religião para que tivesse algum valor. E novamente isso não dependia dela, os homens da família que a casaram deveriam voltar a mesquita para encerrar o vínculo criado. Novamente um aspecto de sua vida privada deveria ser resolvido pelos homens, ela diz que sente raiva ao ter que pedir ao ex-marido (ao menos legalmente) para que realize o divórcio e mais ainda quando ele se recusa a fazê-lo.

Ela menciona no livro uma ginecologista (mulher branca francesa) que não compreendia por que alguns colegas dela falavam tanto sobre a excisão, de acordo com ela “não compreendo a posição adotada por meus colegas franceses a propósito da excisão. É assédio! Digo-lhe sempre para deixarem em paz os clitóris das mulheres africanas”. Khady menciona seu choque ao ouvir isso, como ela poderia falar isso se nunca teve que ficar de pernas abertas diante de uma lâmina aos 6 anos de idade. A mulher provavelmente pensava que estava defendendo a cultura dessas mulheres e lhes fazendo um bem, protegendo do imperialismo dos ginecologistas, mas estava defendendo uma prática que ofendia Khady como mulher e que demonstrava o despreparo das culturas ocidentais em discutirem o assunto.

Mais à frente, ela menciona como foi difícil começar a falar sobre o assunto e mais ainda começar a lutar contra a prática. Por dois motivos principais, primeiro porque ela própria não sabia de muito sobre o assunto, não era algo discutido em sua cultura, apenas se reproduzia, pois, assim deveria ser. E segundo porque exigia expor amplamente a sua própria sexualidade, coisa que nenhuma mulher (em sua concepção) gostaria de fazer.

“Os pediatras nos falam muito dos danos físicos e das consequências nefastas na saúde da mulher. Físicas primeiro, e psicológicas em seguida. Nossas mães nunca nos informaram, embora elas próprias tenham passado por isto. Sobre as

⁵³ Khady, mutilada (2005), p.60

consequências psicológicas, nós, mulheres africanas, fizemos sozinhas um trabalho pessoal. E era muito difícil se posicionar, na época. Difícil, sobretudo, falar das próprias experiências. Nenhuma mulher tinha vontade de exibir sua sexualidade. Todas sentiam o mesmo pudor e se fechavam quando o assunto era aquele. Além disso, como falar de um prazer que não se conhece? As mulheres ficavam perturbadas e chocadas com a midiaticização da excisão e por tudo que se falava a respeito dela. O pudor realmente as fazia sofrer.

— Não, não, estamos bem como somos, nenhum problema de parto, nenhum problema sexual, absolutamente nada.

Por outro lado, sobre a "legitimidade" dessa prática, o choque era salutar. As mídias nos tratavam de bárbaros a propósito de uma tradição qualificada de cultural, e nós não tínhamos a menor explicação racional para dar.”⁵⁴

Ela diz que ao falar sobre o assunto em conferências se sentia como um animal diferente, exposto para observação e que, muitas vezes, fazem perguntas muito diretas, de forma que ela ficava constrangida e cogitava desistir de falar sobre o tema. Falar sobre sexualidade é desencorajado pelos adultos e as pessoas, sobretudo as mulheres crescem sabendo que não devem conversar sobre aquilo. Por isso afirma que sempre teve muita dificuldade, não desistia apenas por saber a importância do tema, mas o desconforto continuava. Lidar com a sua intimidade na frente de estranhos que lhe observavam era estranho e difícil, ela relata que o órgão sexual feminino deve ser apenas lavado e esquecido o restante do tempo e com a ele qualquer outra discussão sobre sexualidade feminina.

Ao falar sobre a situação da MGF na França ela afirma que as primeiras meninas africanas que nasceram lá foram todas excisadas. Os médicos e as parteiras sabiam do fato, mas simplesmente não falavam sobre isso, ela considera que era politicamente incorreto na época. O governo francês resolveu começar a agir de forma a controlar a MGF, mas suas práticas não tinham aplicabilidade de fato.

O governo agia como se estivesse falando com franceses nascidos e criados e não com africanos de costumes diferentes. Ela relata que, após a morte da menina por causa da excisão, as mídias começaram a passar informações sobre o assunto, buscando convencer as pessoas pelo fim dessa prática, usaram televisão, jornais, revistas e atingiram muitas pessoas, infelizmente sua maioria era francesa e não africana.

⁵⁴ Khady, mutilada (2005), p.79

A maioria das mulheres africanas não lia jornais, muitas não compreendiam as informações que viam na televisão, muitas não falavam francês ou nunca aprenderam a ler. Mas as organizações de africanas sabiam como chegar até essas pessoas, usavam simplesmente o telefone, porque mesmo isoladas no subúrbio todas tinham telefone em casa. Dessa forma foi possível que elas entendessem o que falavam as mídias.

O feminismo africano fala exatamente sobre isso, sobre a necessidade de deixar as próprias africanas determinarem os métodos para lidar com questões da África pois elas têm conhecimentos sobre especificidades culturais que pessoas “de fora” não teriam e podem, assim, determinar como melhor agir. Além disso, o feminismo africano não depende do francês, mesmo que muitas delas lutem em território francês, o africano deveria ter prioridade nesses temas.

A autora afirma que mesmo não sendo uma prática determinada pela religião é muito associada a ela e por isso, outro método seria a utilização de líderes religiosos para convencer as pessoas ao fim da MGF. Além de desmentirem o suposto vínculo entre a excisão e a religião, eles ainda agiriam como os líderes comunitários que são (em sua maioria), tendo um grande poder de convencimento sobre sua comunidade.

Além disso, a África, de uma forma geral, tem uma tradição oral, sua cultura e suas práticas são passadas de geração em geração não de forma escrita, mas por meio oral. Dessa forma, para acabar com essa prática cultural seria necessário o auxílio dos *Griots* para transmitir as informações novas e mais corretas sobre a excisão. Com esses métodos seria possível chegar mais efetivamente nas mulheres e dar a elas um conhecimento importante sobre o assunto, talvez alterando uma prática cultural mais a frente.

Ela relata o caso de um casal que em 1986 realizou a mutilação de seis meninas, foi julgado por “pancadas e ferimentos” e considerado inocentes por “serem vítimas da marca de sua cultura ancestral”, no ano seguinte, essa qualificação foi retificada e considerada crime. Esse caso demonstra um choque de culturas e um juízo de valor feito sobre essa “cultura ancestral”, como se o casal não pudesse ser julgado pelos seus atos por fazer parte de uma cultura arcaica, onde esses atos ainda são comuns.

Em 1988 uma estudante que foi mutilada aos 8 anos denunciou sua excisadora e, esta, se defendeu afirmando que desconhecia lei que proibia a prática na França e que na sua qualidade de ferreira era seu papel ajudar as famílias nobres (no conceito mencionado antes) e se colocar a serviço delas. No entanto, ela foi investigada e se viu que ela cobrava bastante por

esse serviço e que os próprios pais a buscavam, por mais que tentassem se livrar de uma acusação dizendo que foi a excisadora que os procurou.

“Quando eu escutava mulheres africanas defendendo a excisadora, dizendo "ela veio bater à minha porta, eu não a conhecia, ela perguntou se minha filha precisava ser excisada...", eu não acreditava. Porque eu sei como funciona esse gênero de coisa, a excisão não é feita por acaso. Ou a excisadora da família, a mulher "de casta" ferreira, toma a iniciativa de fazer sem prevenir e sem receber pagamento, foi o meu caso, mas no Senegal, ou os próprios pais vão buscá-la e a pagam, como no caso da comunidade imigrada. Eles são, portanto, tão culpados quanto ela.”⁵⁵

A discussão da cultura como justificativa dessa prática é um argumento que ainda tem utilização, explica a autora. Muitos afirmam que não se deveria desestabilizar as mulheres africanas imigradas exigindo que elas abandonem uma prática cultural milenar e usam o argumento da exceção cultural para manter essa prática.

Ela afirma que atualmente muitos países já proíbem a prática, mas que a imposição de líderes comunitários e religiosos fez com que muitos países voltassem atrás ou que medicalizassem a prática, para tentar “humanizar”. Mas Khady afirma que a solução não está na proibição legal apenas, mas no convencimento das mães e dos pais de que essa prática não traz benefício nenhum para suas filhas, nem social, nem religioso, nem de saúde, traz apenas prejuízos.

Com o convencimento das pessoas, com os programas de informação (e demais métodos das feministas africanas mencionados ao longo do texto) e com o apoio do Estado por meio da proibição legal seria possível acabar com a prática e acabar com esse argumento de exceção cultural usado para defender um ato violento, chamado até de tortura pela autora.

3.2 Caso Waris Dirie

Esse caso será estudado a partir de um filme intitulado “Flor do Deserto” que conta a história da jovem Waris Dirie, nascida de uma família de pastores nômades nos desertos da Somália. O início do filme mostra ela já adulta andando pelas ruas de Londres e encontrando uma jovem (que mais tarde vai ajudá-la).

⁵⁵ Khady, mutilada (2005), p.81

O enredo do filme mostra vários *flashbacks* como se fossem memórias dela ao longo dos seus dias em Londres. Para facilitar, contarei a história de forma cronológica, começando pelo momento em que ela menstruou pela primeira vez e seus pais a venderam para um senhor de 60 anos, que era rico e “pagou bem por ela”. Ela decidiu que não iria se casar com ele e fugiu pelo deserto, abandonando sua família.

Depois de dias no deserto perdida e muitas dificuldades, ela chega na capital da Somália e encontra sua avó. Ela conta que o pai estava batendo na mãe porque ela a havia deixado fugir, colocando-o numa situação vergonhosa perante o senhor que pagou pela filha. A avó então decide enviá-la para a casa de uma tia que é embaixatriz da Somália em Londres, para trabalhar como faxineira.

Vários anos se passam sem que ela aprenda o inglês, sem que ela tenha contato com a cidade onde vive. Ela vivia trancada na embaixada, por medo de sair, e porque não era incentivada para isso, ela então, não aprendeu a conviver com aquela sociedade nova, mesmo depois de vários anos vivendo lá. Até o dia em que a guerra civil na Somália acaba e os diplomatas são chamados de volta ao país, ela decide que ficará em Londres (sozinha), pois sua família não a aceitará de volta, acredita, portanto, que não pode voltar ao seu país.

É nesse momento que ela encontra a amiga, que a leva para sua pensão e a ajuda a se integrar na sociedade, arrumando um emprego de faxineira para ela (pois não exigiria muito inglês e nem traquejo social). Em determinado momento do filme, ela fica confusa ao saber que a amiga tem relações sexuais sem ser casada e que somente seu marido poderia “abrir”. A amiga não entende o que ela quis dizer e ela fala do “corte”, que somente o marido pode abrir no dia do casamento.

O choque cultura se expressa mais uma vez, Waris julga a atitude da amiga por não compreender a noção de sexualidade feminina. Dentro de sua cultura não se fala sobre esse tema, uma mulher não tem direito a exercer sua sexualidade, ela deve se preservar e se proteger dos perigos trazidos por outros homens, até o momento que seu marido passará a lhe proteger. Para as culturas ocidentais exercer sua sexualidade é um direito humano e limitar seu exercício é limitar a liberdade dos indivíduos, além de ser uma poderosa forma de subjugar as mulheres.⁵⁶

É nesse momento do filme que entendemos que ela sofreu a circuncisão faraônica, onde há a retirada do clítoris, dos lábios (pequenos e grandes) e o fechamento do canal vaginal, a

⁵⁶ Lima e Rangel (2017).

forma mais “completa” de excisão. O filme demonstra que ela fica chocada ao saber que algumas mulheres não precisam ser cortadas e um diálogo demonstra bem essa noção, ele acontece após Waris ver a amiga tendo relações sexuais com um homem (que não é seu marido), ela a acusa de não ser uma mulher decente.

“- Só uma mulher cortada é uma boa mulher.

- Cortada? O que você quer dizer? Agora você precisa me ensinar inglês.

- É assim que ela fica virgem não? Até a noite de núpcias e o marido a abre, é assim, não?

- Do que você está falando?

- Você não é cortada?

[..]

Ela se levanta e mostra o órgão cortado para a amiga.

- Waris, quando isso aconteceu?

- Quando eu era pequena, três anos. Foi o mesmo com as minhas irmãs, menos com a Famu, ela tinha oito anos porque minha mãe não conseguiu achar um *midgaan* antes.

- Midgaan? Disse a amiga chorando

- A mulher que corta.

- Waris, você consegue sentir alguma coisa?

- O que você quer dizer?

- É por isso que você demora tanto no banheiro?

- É isso que significa ser uma mulher.

- Não Waris, eu sou mulher e isso não aconteceu comigo. Você se lembra como era antes?

[..]

A amiga mostra seu órgão genital para ela.

- Eles não fizeram isso com você? Sua mãe?

- Não, eles não fazem com ninguém aqui.

(Waris se senta e chora)⁵⁷

Essa cena representa um choque de comportamentos sociais, as experiências delas são diferentes, as interações do dia a dia durante as suas vidas foram diferentes, então para ambas os comportamentos sociais esperados são distintos. Enquanto para Waris é natural que ela seja cortada, chegando a estranhar os questionamentos da amiga, para a outra é incompreensível que ela tenha sido cortada e mais ainda que Waris veja isso como sendo representação do que é “ser mulher”.

⁵⁷ Transcrição de uma cena do filme “Flor do deserto” (2009). Tradução nossa.

A sexualidade da amiga também expressa um choque de comportamentos sociais, Waris foi educada e via outras mulheres reprimindo qualquer expressão de sexualidade, assimilando que aquele ato deveria acontecer somente com o marido. Para ela o comportamento social esperado era outro, a interação da amiga com o homem foi completamente inapropriada aos olhos da principal.

O filme para de falar sobre o assunto e mostra a vida dela seguindo normalmente, até o dia em que ela sente muitas dores e vai para o hospital. O médico (um homem) pede para fazer um exame ginecológico nela e que ela fique na posição, ou seja, com as pernas abertas para ele. Uma situação natural ao se fazer um exame, mas o filme mostra o seu desconforto ao se colocar naquela posição para um homem desconhecido.

O médico dá uma olhada muito breve e apenas diz para ela “não posso devolver o que eles tiraram, mas posso fazer a dor passar. Você quer isso?”. Ela não entende muito bem o que ele falou então o médico pede para chamar um enfermeiro que fala somali para explicar o procedimento melhor.

Esse enfermeiro chega e não traduz o que o médico fala, na verdade, ele a constrange por estar se colocando naquela situação (falando em somali para que o médico não entenda). *“Você não tem vergonha? Se exhibir assim para um branco! Eles não entendem as nossas tradições! Se fizer isso vai trair seus pais, nosso povo e nossa tradição. Tenha vergonha! Sua mãe sabe o que está pretendendo fazer?”*⁵⁸

A noção do que é ser mulher aprendida por Waris foi reafirmada pelo enfermeiro, quando ele fala das tradições, quando cita os pais (aqueles que incentivam e perpetuam a prática), a imagem da mulher, do gênero feminino na concepção da sua cultura é a de uma mulher cortada. O conceito de gênero surgiu no meio médico norte-americano nos anos 1950 e não tinha nada a ver com a noção de identidade ou de percepção, era puramente uma forma de diferenciação fisiológica. O psicólogo John Money mais tarde apresentou a noção de papel de gênero, ou seja, tudo o que uma pessoa diz ou fala que lhe dá um status masculino ou feminino, a partir daí se diferenciou o sexo biológico do gênero psicológico. “Nós nascemos homens ou mulheres (biologicamente falando) e nós nos tornamos homens ou mulheres (psicologicamente falando).”⁵⁹

⁵⁸ Transcrição de uma cena do filme “Flor do deserto” (2009). Tradução nossa.

⁵⁹ Cyrino (2017).

O determinismo social⁶⁰ afirma que o nosso ambiente social é o mais forte influenciador na construção do comportamento individual. Quando aplicamos essa noção aos conceitos de feminino e masculino se entra numa discussão onde a ideia de torna-se homem ou mulher é um destino implacável, caso um indivíduo seja criado em determinado ambiente ele será necessariamente daquela forma. É arriscado afirmar isso e não continuar automaticamente com os padrões tradicionais de homem e mulher tão questionados atualmente.

No entanto, é fato que o ambiente é influenciador dos comportamentos dos indivíduos e, portanto, da forma que homens e mulheres vão se expressar como tais. Além disso, é natural para o indivíduo que ele busque uma aceitação social por meio da adequação às normas sociais estabelecidas. Assim, a fala do enfermeiro tem forte poder de influência em Waris, estar circuncisada significava ser mulher para ela e “consertar” aquilo seria uma traição, como afirmou o enfermeiro, para ele, Waris estaria agindo contra as normas sociais estabelecidas.

O constrangimento feito pelo enfermeiro que a acusou de trair suas tradições e sua família ao se expor daquela forma para um homem demonstra a pressão social que as mulheres sofriam para que se mantivessem assim e que perpetuassem a prática. E esse constrangimento foi eficaz, pois ela não fez a cirurgia indicada pelo médico e continuou a viver sua vida, como mostra o filme (por mais que, em cenas posteriores, ela mude de ideia e volte para fazer a cirurgia).

Essa sequência também faz pensar em alguns outros pontos, primeiro o médico não fica chocado ao fazer o exame, dando a entender que ele já havia visto mulheres com a mesma questão antes, ele não faz questionamentos, apenas diz que pode fazer aliviar a dor. A partir daí, podemos voltar para a discussão que Khady Koita levantou em seu livro, os médicos sabiam sobre a prática, as enfermeiras, as parteiras, era algo conhecido, mas não era algo discutido. Todos sabiam, mas ninguém falava sobre o tema, ele se tornou um tabu.

Como todo tabu era algo visível, mas ignorado por ser muito controverso, adquirindo status de proibido e essa proibição, como em todo tabu, pode se tornar danosa. Por exemplo, voltando para o tema da sexualidade, educação sexual é um tema pouco discutido nas famílias atualmente, sobretudo com as meninas, geralmente por receio de estimular um comportamento indesejado e supostamente indevido. Dessa forma, muitas crescem sem conhecer seu próprio corpo, sem conhecer seus direitos, sem saber seus limites ou suas possibilidades.

⁶⁰ Cyrino (2017).

Por ser um assunto proibido e conseqüentemente não discutido, acaba por deixar a menina à mercê do que o seu parceiro sexual acredita ser o melhor. Um tabu, independente de qual seja o assunto, gera dúvidas ou certezas equivocadas, incompatíveis com a realidade, o que pode ser muito pior. No filme, o médico não fez perguntas a ela, não explicou o que havia ali ou porque ela estava com dor, ele aceitou o fato dela ser circuncisada e tomou as providências médicas cabíveis. A ausência de diálogo gerou uma situação confusa e que foi piorada com a chegada do enfermeiro, que reiterou (de forma indireta) a proibição de se falar sobre o assunto e afirmando que era a tradição deles.

Algumas comparações entre os dois casos podem ser levantadas, por exemplo a falta de escolaridade de Waris que dificultou muito a sua situação. Ela não sabia falar inglês e não tinha conhecimento dos seus direitos, Khady aprendeu a falar francês na escola e isso facilitou um pouco sua vida em Paris (como ela mesma diz no livro). Além disso, sabia que tinha direitos como o de receber o apoio financeiro que o Estado dava para seus filhos e que o marido queria tomar, aprendeu como buscar esses direitos.

Waris não havia recebido essa educação formal e essa ausência de escolaridade gerou situações como o vencimento do seu visto de residência. Quando a embaixada foi fechada ela poderia ter pedido uma extensão do visto por ter se tornado uma refugiada automaticamente, mas ela não sabia disso e perdeu o prazo para fazer o pedido. Mais tarde, quando conseguiu um trabalho em uma agência de modelos e teve que viajar internacionalmente ela acabou sendo presa por estar ilegal no país.

Para resolver sua situação jurídica e ter um visto de trabalho ela se casou “de fachada” com um inglês amigo dela, ele acabou se aproveitando da fragilidade dessa situação para forçar um romance com ela. Mostrando mais um exemplo de como sua vida ficou dependente das vontades de um homem, ela não pode dizer não pois precisava que ele a ajudasse a ter sua “liberdade” no país. Podemos entrar no aspecto do machismo puramente e a dominância sobre as mulheres, mas entrando em um detalhe específico pode-se falar sobre as hierarquias masculinas.

“[...] para um homem, o fato de ser visto com “belas” mulheres classifica-o como “Grande-homem”, o que também acontece com aquele que tem dinheiro e/ou poder manifesto sobre homens e mulheres. Todos os homens que aceitam os códigos de virilidade têm ou podem ter poder sobre as mulheres (o que ainda deve ser quantificado); alguns entre estes (chefes, Grandes-homens de todos os tipos) têm

também poder sobre os homens. É verdadeiramente neste duplo poder que se estruturam as hierarquias masculinas.”⁶¹

No filme, ele passa a exigir dela um retorno pelo favor que está fazendo e quando ela o recusa, ele a agride verbalmente, a diminuindo como “mulher” (na sua concepção de ser mulher) ofendendo sua comida, suas roupas e a limpeza da casa. Ele justifica sua insistência por uma relação sexual afirmando que ele “é homem” e que ela é linda, diz que para ele é “muito difícil se segurar” e que qualquer homem no lugar dele faria o mesmo. Estar casado com uma mulher linda e não poder “aproveitar” é algo que o fere como homem e sua resposta é a agressividade, pois ele estaria perdendo o status de homem adquirido.

Khady, em seu livro, deixa claro que, apesar de várias pressões sociais para que ela desistisse do divórcio e aceitasse o marido de volta, ela tinha o apoio de seus pais (sobretudo seu pai e seu irmão, que a ajudou financeiramente) na situação e que isso foi fundamental para que ela superasse as violências sofridas e retomasse sua vida. Waris não teve esse apoio, sua família disse que não a aceitaria de volta e ela se viu sozinha em Londres.

Sobre o filme em si, pode-se mencionar alguns detalhes importantes, ele foi feito baseado em uma autobiografia⁶² escrita por Waris mas não é uma cópia fiel do livro. A autora deu liberdade aos produtores do filme para que adaptassem a história e decidiu que não iria interferir na produção. A atriz principal só chegou a conhecê-la no último dia de gravação, porque ela não queria influenciar a atriz em sua atuação.⁶³

O filme mostra o momento do corte de uma maneira muito diferente do que é escrito no livro de Khady, na produção cinematográfica a cena mostra mais a *midgaan* como a uma figura assustadora e a mãe como alguém insensível do que o sofrimento da própria Waris criança. As imagens focam no rosto da mulher, na lâmina em suas mãos e no sangue escorrendo, nos espinhos usados, além de um urubu que plana por cima da cena toda.

Mostram a mãe segurando a menina sem nenhum remorso e depois deixando ela na pedra para ir cuidar dos outros 12 filhos, indo buscar apenas quando a ferida infecciona, mostrando uma insensibilidade. Os sentimentos da menina são deixados para o final da cena,

⁶¹ Welzer-Lang (2001).

⁶² Livro “Flor de deserto”, originalmente publicado em 1998 pela editora Hedra. Escrito por Waris Dirie com a escritora Cathleen Miller.

⁶³ Entrevista feita com a atriz Liya Kebede, que interpretou Waris no filme. Revista FFW (2010). “Eu consultei o livro com frequência para acessar pensamentos e emoções mais profundos. Eu não encontrei muito com Dirie, ela forneceu os direitos ao filme e ficou de fora do processo, dando espaço para a nossa criatividade, o que achávamos certo.”

em um breve comentário que ela faz sobre quando ela voltou para o local do corte anos mais tarde. A cena termina com a jornalista chorando e Waris saindo da sala com uma expressão fria.

A cena busca chocar o público com a agressividade e não foca nos pensamentos e nas emoções da personagem. No livro, o foco são os sentimentos da menina, mas a agressividade do ato consegue ser transmitida também. No final do filme, quando ela vai discursar na ONU é que o público consegue entender seus sentimentos. - *“Eu amo minha mãe, eu amo minha família e eu amo a África. Por mais de três mil anos as famílias acreditam firmemente que uma filha não circuncisada não é pura. Porque o que existe entre nossas pernas é sujo e, portanto, deve ser removido e fechado.”*

Existe uma diferença notável sobre a forma de tocar no assunto no livro de Khady e no filme sobre Waris, a maneira como a mutilação é abordada é muito diferente, por mais que os dois consigam passar a agressividade pela dor encarada e pela forma com que é realizado o corte. Isso porque o primeiro é a fala de uma mulher africana sobre os detalhes de sua vida, é o seu modo de compreender. No segundo, é a interpretação da diretora do filme, uma mulher americana e branca sobre a vida e a fala de uma mulher africana. Ela consegue sentir empatia pela história e compreender o que Waris quis passar, mas é impossível relatar da mesma forma que alguém que viveu a situação.

O filme tem sua importância, a própria Waris afirma isso durante uma entrevista⁶⁴, ela diz que foi importante aceitar fazer o filme pois ela sabia que isso significaria que mais pessoas ouvissem falar sobre a MGF e que seu discurso atingisse um público maior. Ele apenas não consegue falar sobre o tema da mesma forma que a autora em sua biografia pois, se trata de um filme, ou seja, a leitura do roteirista e da diretora Sherry Hormann sobre a vida de uma mulher negra. Não se trata da história de vida de uma pessoa, mas da leitura da sua vida por terceiros, o que não tira a validade ou a importância do filme e da história contada, mas coloca uma ressalva sobre o ponto de vista e sobre a maneira como os fatos são abordados na obra cinematografia em comparação com a fonte primária, sua autobiografia.

⁶⁴ Entrevista ao Portal O Tempo (Mendonça, 2011)

“Como foi a experiência de lançar e divulgar o filme “A Flor do Deserto”?

- Foi difícil para mim ver minha própria infância, minha própria família em uma tela de cinema. Mas precisei concordar em fazer esse filme, porque sabia que atingiria ainda mais pessoas do que o livro - e foi isso que aconteceu. Muitas pessoas me escrevem e-mails dizendo que viram o filme e que ficaram comovidas com a minha história.”

3.3 Dados sobre a MGF no mundo

É possível que 200 milhões de meninas tenham passado pela MGF em 30 países diferentes, especialmente na África, mas também na Europa e Américas⁶⁵. A grande maioria é encontrada nos países africanos, onde a prática tem origem cultural, nos demais continentes a prática é encontrada em famílias imigrantes, que desejam continuar seus costumes mesmo vivendo fora de sua terra natal (em especial passar essas tradições para seus filhos).

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (2009) os países onde a prática é mais encontrada são: Somália (97.9%); Egito (95.8%); Guiné (95.6%) e Serra Leoa (94%). Esses números representam a porcentagem de mulheres nacionais dos respectivos países que passaram pela excisão, não diferenciando pela classificação do tipo de excisão.

Na Somália, especificamente, estima-se que o corte normalmente acontece em meninas 5 a 9 anos e que 80% das mulheres sofram o tipo III, ou seja, a circuncisão faraônica. 64.5% das mulheres na faixa etária dos 15 aos 49 anos acreditam que a prática deve continuar. Atualmente, não existe uma lei expressa no país que proíba ou puna a MGF, a constituição afirma que as crianças devem ser protegidas de todo tipo de violência ou abuso, mas não cita especificamente a circuncisão.⁶⁶

Além do mais, esse ponto da constituição pode ser facilmente rebatido pelas famílias sob o argumento de que o corte é benéfico para as meninas, que as protege da violência de outros homens e que as purifica, sendo, portanto, uma prática positiva e não uma agressão. Boa parte da legislação do país, seja a constituição, o código penal ou a própria religião proíbem a agressão e penalizam todo tipo de violência, no entanto, não falam sobre a MGF, deixando-a no limbo do corte pela purificação.

Vale salientar que o sistema legal somali engloba as leis civis, as leis islâmicas e as leis “costumeiras” (os costumes), também conhecidos como *Xeer*.⁶⁷ A prática era, em geral, realizada como um rito de passagem da adolescência para a vida adulta, mas com o passar dos anos ela mudou para que fosse realizada em uma idade mais jovem. Essa combinação de influências legais e a ausência de uma proibição legal específica para a MGF faz com que o país tenha uma das maiores porcentagens de incidência da prática no mundo.

⁶⁵ Dados da Agência EFE (2019).

⁶⁶ SOMALIA: THE LAW AND FGM (July 2018). P.04

⁶⁷ SOMALIA: THE LAW AND FGM (July 2018). P.3/4

No Egito, país com segundo maior contingente de meninas circuncisadas, percebe-se uma diferença, a metade dos casos é em jovens de 7 a 10 anos e (descartando a margem de erro) todas foram circuncisadas antes dos 15 anos. O estudo foi realizado com mulheres de diversas regiões do Egito e dentro da faixa etária dos 15 aos 49 anos.⁶⁸ Além disso, o mesmo estudo determinou que 52% dessas circuncisões foi realizada por *dayas* (parteiras tradicionais) e quase 42% foram realizados por profissionais da saúde, sobretudo por médicos.

Table 8.3 Person performing circumcisions among women age 15-49 by residence

Percent distribution of women age 15-49 who are circumcised by person performing the circumcision, according to urban-rural residence and place of residence, Egypt 2015

Person performing circumcision	Urban		Rural		Urban Governorates		Lower Egypt		Upper Egypt		Frontier Governorates ¹		Total
	Urban	Rural	Urban	Rural	Urban	Rural	Urban	Rural	Urban	Rural	Urban	Rural	
Doctor	38.8	31.1	31.7	34.1	42.6	32.1	33.2	42.4	29.7	36.3	33.5		
Nurse/other health worker	10.3	8.3	10.8	9.8	10.9	9.5	7.5	9.3	6.8	6.6	8.9		
Daya	45.5	54.9	48.4	48.9	40.2	51.0	56.5	47.0	60.1	49.1	51.9		
Barber	2.3	2.6	3.8	3.5	2.5	3.7	0.9	0.6	1.1	0.8	2.5		
Ghagaria (Gypsies)	1.6	1.6	3.3	2.1	1.7	2.2	0.6	0.0	0.9	3.8	1.6		
Other	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1	0.0	0.1	0.0	0.0		
Don't know/missing	1.5	1.5	1.9	1.6	2.2	1.5	1.1	0.7	1.3	3.5	1.5		
Total percent	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0		
Number	2,159	4,736	743	3,337	624	2,712	2,772	770	2,003	43	6,895		

¹ Does not include North and South Sinai governorates

Fonte: Health Issues Survey, 2015

Além disso, o estudo verificou entre homens e mulheres de 15 a 49 anos se a prática deveria ou não continuar e se eles acreditam que ela é vinculada à religião. Calculou-se que 50% dos homens e 46% das mulheres acreditam que a circuncisão é exigida pela religião, 55% dos homens e 54% das mulheres acreditam que a prática deve continuar. No entanto, o estudo também verificou que mulheres com menos de 25 anos são menos propensas a acreditar que a prática é exigida pela religião.

Em países da Europa, os casos encontrados geralmente são de famílias africanas que migraram para o continente e desejam manter suas práticas culturais. Um estudo aponta não é possível no momento ter um número total da incidência da MGF na Europa, pois cada país tem métodos diferentes e usa diretrizes diferentes para organizar esses dados. Atualmente, 7 dos 28 países europeus realizam estudos nesse sentido, são eles: Inglaterra e País de Gales (2014); Bélgica (2014); Holanda (2013); Alemanha (2013); Irlanda (2013); Hungria (2012) e Itália

⁶⁸ Dados obtidos em um estudo realizado pelo Ministério da Saúde e População do Egito, "Health Issues Survey", 2015.

(2009). O oitavo país a entrar nessa lista é Portugal, onde o estudo em questão é feito, mas cada um utiliza seu próprio método de análise, inclusive com classificações diversas sobre o que seria a faixa etária de risco.⁶⁹

Alguns desses estudos calculam as meninas de risco como sendo aquelas nascidas de mães originárias de países africanos e que também nasceram lá, como Hungria e Itália (que só considera as mulheres residentes legais). Outros consideram também aquelas que nasceram em território estrangeiro, como é o caso da Inglaterra. Todas essas divergências dificultam o cálculo de meninas e mulheres afetadas pela MGF.⁷⁰

Em termos de legislação, o Parlamento Europeu adotou uma resolução sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres. Esta resolução apela aos Estados Membros que tomem medidas apropriadas para acabar com a MGF.

“O Parlamento Europeu, [...] 26. Insta os Estados-Membros a tomarem medidas adequadas para pôr termo à mutilação genital feminina; salienta que os imigrantes residentes na Comunidade deveriam saber que a mutilação genital feminina constitui uma séria agressão à saúde das mulheres e uma violação dos direitos humanos; exorta os Estados-Membros a aplicarem disposições legais específicas relativas à mutilação genital feminina ou a adotarem leis nessa matéria, perseguindo penalmente toda e qualquer pessoa que pratique a mutilação genital feminina;”⁷¹

Um documento do Instituto Camões⁷² coloca o combate contra MGF pela União Europeia em 5 pontos principais: investigação e compilação de dados sobre a prática em território europeu; melhora nas capacidades de cuidado do setor de saúde para mulheres e meninas afetadas pela prática; tomar medidas apropriadas pra proteger meninas e mulheres em risco; deve ser adotada, a nível da UE, uma política comum e coerente que esteja de acordo com os padrões e diretrizes internacionais, para o caso de pedido de asilo com base na MGF; e, por fim, a União Europeia deveria utilizar a sua influência como ator global para promover ativamente a erradicação da MGF em todo o mundo.

⁶⁹ Mutilação Genital Feminina: prevalências, dinâmicas socioculturais e recomendações para a sua eliminação (2015), p. 64.

⁷⁰ Mutilação Genital Feminina: prevalências, dinâmicas socioculturais e recomendações para a sua eliminação (2015), p. 65.

⁷¹ Resolução do Parlamento Europeu, de 26 de novembro de 2009, sobre a eliminação da violência contra as mulheres.

⁷² “Fim à Mutilação Genital Feminina Uma Estratégia Para As Instituições Da União Europeia”, Instituto Camões, 2011.

No continente africano, a maioria dos 28 países onde a prática é endêmica a proibiu, embora a fiscalização seja geralmente fraca, países sem lei incluem Chade, Libéria, Mali, Serra Leoa e Somália⁷³. Vale salientar que esses últimos não possuem legislação específica para proibir a circuncisão feminina, mas assinaram tratados de violência contra as mulheres e contra a tortura, além de documentos afirmando a luta pelo fim do abuso infantil.⁷⁴

A proibição legal é certamente um método fundamental para acabar com a prática da MGF no continente africano e nos demais onde ela é verificada. Classificar a circuncisão feminina como violência contra crianças e mulheres também parece ser um ponto importante, já que muitas comunidades não veem a prática como uma violência, mas como uma purificação e, portanto, benéfica para os envolvidos.

Campanhas de sensibilização e prevenção de riscos, ações com as comunidades (e não apenas para elas), ações com professores e profissionais saúde, ações com líderes religiosos são mais eficazes e duradouras do que uma mera penalização do ato. A longo prazo tem um efeito mais sólido, mesmo que demore tempo mais para se observar resultados tangíveis. A União Europeia tem trabalhado nesse sentido, com ações multifacetadas, unindo a utilização de medidas legais repressivas com diversas medidas preventivas e humanitárias.⁷⁵

⁷³ Reportagem jornal O globo, 2020.

⁷⁴ A exemplo: Carta Africana Para Os Direitos Humanos E Dos Povos (com entrada em vigor em 21 de outubro de 1986; Carta Africana Sobre Os Direitos E Bem Estar Da Criança (entrada em vigor em 29 de novembro de 1999) e Protocolo À Carta Africana Para Os Direitos Humanos E Dos Povos Sobre Os Direitos Das Mulheres Em África (entrada em vigor em 25 de novembro de 2005).

⁷⁵ CUNHA, 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate entre relativismo e universalismo cultural é uma das discussões mais controversas, o primeiro afirma que cada cultura tem o seu valor e seus parâmetros para determinar o que certo ou errado dentro daquelas circunstâncias culturais e históricas. E que julgar atos ou costumes de uma com base em outra seria um ato de etnocentrismo ou imperialismo. Já a perspectiva do universalismo defende que direitos humanos devem ter uma mesma aplicação independente do país, da cultura ou de qualquer outro argumento. Para essa perspectiva, a noção de direitos está relacionada com a noção de dignidade da pessoa humana e deve se estender a todos os indivíduos.

Em termos de violência, especificamente, é onde as diferenciações se tornam mais evidentes. O relativismo entende que a cultura é a única fonte de validade para uma norma moral e que julgar determinado ato seria mais um exemplo de superioridade étnica. Além disso, cada cultura possui uma interpretação diferenciada do que seria violência e o mesmo ato poderia ser rejeitado em uma cultura e louvado em outra. A situação da MGF não é diferente, rejeitada e criminalizável por algumas culturas, mas protegida e louvada por outras.

O universalismo entende diferente, a violência não pode ser justificada com base na cultura, e reafirma a necessidade de proteger a todos, sem restrições. Não admite que a violência e a opressão feminina aconteçam e muito menos protegidas pelo escudo cultural levantado pelo relativismo. Para essa perspectiva é claro que esses atos vêm de uma construção social milenar e que deve ser respeitado, mas compreendem que passar por cima da dor e do sofrimento das mulheres não seria um respeito à uma cultura, seria um desrespeito às mulheres no sentido amplo.

Respeitar a identidade cultural dos povos é essencial, tanto que está garantido como direito humano. No entanto, a mutilação genital feminina entra nas listas de práticas que superam o caráter de expressão cultural, ela representa uma forma de subjugação das mulheres ao domínio masculino. Dominação essa que faz com que as próprias mulheres mantenham essa tradição.

Assim como o sacrifício humano e a escravidão eram práticas culturais que foram extinguidas, a MGF também deve ser. Ela viola as mulheres em seu período mais vulnerável, quando ainda não se tornaram mulheres, quando são meninas e as deixa cicatrizes (literalmente)

por toda a vida. Pode-se argumentar que existe também a circuncisão masculina, mas não é algo que se possa comparar.

Na masculina se retira apenas o prepúcio do órgão, sem um dano completo à sensação de prazer. Na feminina (o tipo mais leve) se retira o clitóris dela, retirando a sua possibilidade de prazer sexual. Isso sem considerar os tipos mais agressivos, com o corte dos lábios e até mesmo o fechamento do canal. Essas práticas não têm o mesmo impacto na vida dos envolvidos, demonstrando mais uma vez que essa prática foi mantida como forma de exercer domínio sobre o corpo das mulheres.

Por mais seja visto por muito como uma prática cultural, o feminismo africano deixa claro que algumas práticas não podem ser mantidas apenas por integrarem uma cultura. Algumas são agressivas e ferem pessoas demais para continuarem a existir em um mundo que está constantemente mudando.

Os Estados africanos parecem estar buscando acabar com a prática da MGF por meio das legislações, proibindo e punindo aqueles que cometem esses atos, mas é notável a dificuldade encontrada em acabar com uma prática milenar. Uma percepção de purificação e limpeza que é passada pelas gerações e, especialmente, quando ela é vinculada (mesmo que erroneamente) à religião é extremamente difícil de se alterar, especialmente de cima para baixo, como os Estados e organizações internacionais tentam fazer.

Ter o apoio de entidades internacionais e dos próprios governos faz muita diferença numa luta, mas é importante que se saiba como agir com o público em questão. Nesse sentido as organizações estão errando, elas buscam apenas proibir a prática, achando que a tornar ilegal é suficiente para extingui-la, quando na verdade esse é apenas o primeiro passo. Mais uma vez o feminismo africano dá o caminho, mostrando que é mais útil utilizar métodos de baixo para cima, tentando mudar o pensamento das pessoas e não apenas ameaçá-las com penas legais.

É preciso convencer as mães a não realizar o procedimento, mostrando que não existe necessidade de purificação, convencer que essa prática não é exigida pela religião, que nada tem a ver com o espiritual. Convencer os homens que uma mulher não precisa ser cortada para ser uma boa mulher, que até mesmo o ato sexual será melhor com uma mulher não-circuncisada.

Convencer os líderes religiosos a desencorajarem essa prática, afastando-a da noção de purificação é o primeiro passo. Boa parte dos casos acontece porque as famílias acreditam que

as meninas precisam ser “limpas” para poderem rezar e receber a benção divina. É fundamental mudar essa percepção, mostrando que o corte nada tem a ver com religião nenhuma.

O feminismo africano precisa estar a frente desse trabalho, as mulheres africanas são as melhores interlocutoras para falar contra a prática nas comunidades. Elas conhecem aspectos culturais que pessoas de fora não saberiam lidar ou não conheceriam. As organizações internacionais devem continuar trabalhando contra a MGF, mas devem dar lugar de fala e de ação a quem entende melhor, ao feminismo africano.

Realizar programas de conscientização, informar as mulheres, proteger as meninas que fogem de casa por medo de serem cortadas, entre outros projetos que envolvem diretamente a população são, de acordo com o feminismo africano, o caminho para o fim da prática. Mudar uma cultura de mais de 3 mil anos é um trabalho que vai levar gerações, mas o caminho é esse, a informação, a proteção e a proibição.

BIBLIOGRAFIA

COSTA, Alexandre Araújo; CARVALHO, Alexandre Douglas Zaidan de. Amartya Sen: a ideia de Justiça. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 8, p. 305-316, ago. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522012000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522012000200011>.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris**. 10 dez. 1948. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wpcontent/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2020

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

LUZ, Renata Carvalho Derzié. **Direitos humanos, o confronto entre o universalismo e o relativismo cultural**. 2017. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitos-humanos/direitos-humanos-o-confronto-entre-o-universalismo-e-o-relativismo-cultural/#:~> Acesso em: 01 maio 2017.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o direito constitucional internacional**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 741 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 48, n. -, p. 11-32, jun. 1997.

SANTOS, Douglas Henrique Marin dos. Mutilação genital feminina: qual o caminho? **Estado de Direito: Informação formando opinião**, Porto Alegre, v. -, n. -, p. 1-4, 03 dez. 2015. Disponível em: <http://estadodedireito.com.br/mutilacao-genital-feminina-qual-o-caminho1/>. Acesso em: 21 set. 2020.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 487 p. Tradução de Denise Bottmann e Ricardo Doninelli Mendes.

PIACENTINI, Dulce de Queiroz. **DIREITOS HUMANOS E INTERCULTURALISMO: ANÁLISE DA PRÁTICA CULTURAL DA MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA**. 2007. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp034905.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2020.

KOITA, Khady. **Khady Mutilada**. Rio de Janeiro: Editora Rocco Ltda, 2005. Disponível em: <https://topicosorientemedio.files.wordpress.com/2011/05/khady-mutilada-pdfrev.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2020.

AMNISTÍA INTERNACIONAL (org.). **La mutilación genital femenina y los derechos humanos: infibulación, excisión y otras prácticas cruentas de iniciación**. Madri: Editorial Amnistía Internacional (Edai), 1998. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/12056.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2020.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO PARA AS MULHERES AFRICANAS. **AFF 2006: CARTA DE PRINCIPIOS FEMINISTAS PARA AS FEMINISTAS AFRICANAS**. Acra:

African Women'S Development Fund, 2007. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/04/AFF-Feminist-Charter-Digital-%E2%80%93-Portuguese.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2020.

BRASIL (Estado). Convenção nº 00, de 09 de junho de 1994. **Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir e Erradicar A Violência Contra A Mulher, "convenção de Belém do Pará"**. Belem do Pará, PA: Convenção Interamericana, 09 jun. 1994. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/a-61.htm>. Acesso em: 03 nov. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (Genebra) (org.). **WHO guidelines on the management of health complications from female genital mutilation**. Genebra: Who Document Production Services, 2016. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/206437/9789241549646_eng.pdf;jsessionid=CD9D03C236277476D2F0F370B9CCBC4A?sequence=1. Acesso em: 04 nov. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (Genebra) (org.). **Eliminação da Mutilação Genital Feminina**. Genebra: Instituto Português de Apoio Ao Desenvolvimento, 2008. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/43839/9789241596442_por.pdf?sequence=3. Acesso em: 04 nov. 2020.

LIMA, Kelly C. Lima Martins. **Direitos humanos x mutilação genital feminina. A violência de gênero por trás da prática cultural**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 23, n. 5578, 9 out. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/69346>. Acesso em: 8 nov. 2020.

WARIS DIRIE, A RESISTÊNCIA DA FLOR DO DESERTO". Belo Horizonte: O Tempo, Heloísa Mendonça, 2011. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/mundo/waris-dirie-a-resistencia-da-flor-do-deserto-1.296291>. Acesso em: 15 nov. 2020.

LIYA KEBEDE: "SER MODELO NÃO TE LEVA A SER ATRIZ, MAS TE PREPARA". São Paulo: Ffw, 2010. Disponível em: <https://ffw.uol.com.br/noticias/gente/liya-kebede-ser-modelo-nao-te-leva-a-ser-atriz-mas-te-prepara/>. Acesso em: 15 nov. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Eliminação da Mutilação Genital Feminina**. Genebra: Apf, 2009. Disponível em: <https://www.who.int/eportuguese/publications/mutilacao.pdf?ua=1>. Acesso em: 15 nov. 2020.

ESCUADERO, Irene; MORILLO, Eburne. **África precisa acelerar luta contra mutilação genital feminina, apontam ONGs**. Agência Efe: Comunicando à imprensa, Nairobi, v. -, n. -, p. 1-1, 06 fev. 2019. Disponível em: <https://www.efc.com/efe/brasil/mundo/africa-precisa-acelerar-luta-contramutilacao-genital-feminina-apontam-ongs/50000243-3889893>. Acesso em: 15 nov. 2020.

Ministry of Health and Population [Egypt], El-Zanaty and Associates [Egypt], and ICF International. 2015. **Egypt Health Issues Survey 2015**. Cairo, Egypt and Rockville, Maryland, USA: Ministry of Health and Population and ICF International.

INSTITUTO CAMÕES (org.). **Fim a Mutilação Genital Feminina: uma estratégia para as instituições da união europeia**. Lisboa: Instituto Camões, 2011.

FCSH. Unl. **Mutilação Genital Feminina: prevalências, dinâmicas socioculturais e recomendações para a sua eliminação**. Lisboa: Não Informada, 2015. Disponível em: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2015/07/Relat_Mut_Genital_Feminina_p.pdf. Acesso em: 15 nov. 2020.

O que é a mutilação genital feminina e em que países isso ainda acontece. Veja 12 fatos sobre a prática. **O Globo.** São Paulo, p. 1-2. 06 fev. 2020. Disponível em: [https://oglobo.globo.com/celina/o-que-a-mutilacao-genital-feminina-em-que-paises-isso-ainda-acontece-veja-12-fatos-sobre-pratica-](https://oglobo.globo.com/celina/o-que-a-mutilacao-genital-feminina-em-que-paises-isso-ainda-acontece-veja-12-fatos-sobre-pratica-24232811#:~:text=8.,Mali%2C%20Serra%20Leoa%20e%20Som%C3%A1lia..)

24232811#:~:text=8.,Mali%2C%20Serra%20Leoa%20e%20Som%C3%A1lia.. Acesso em: 15 nov. 2020.

PARLAMENTO EUROPEU. Resolução nº P7_TA(2009)0098, de 26 de novembro de 2009. **Resolução do Parlamento Europeu, de 26 de Novembro de 2009, Sobre A Eliminação da Violência Contra As Mulheres.** Bruxelas, 26 nov. 2009. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-7-2009-0098_PT.html?redirect. Acesso em: 15 nov. 2020.

WORLD BANK. **Female genital mutilation/cutting in Somalia.** Washington D.C: World Bank, 2004.

THOMSON REUTERS FOUNDATION. **SOMALIA: THE LAW AND FGM: 28 too many, let's end it.** Londres: Thomson Reuters, 2018.

UNATED NATIONS, HUMAN RIGHTS, **Sexual and reproductive health and rights.** 2020. Disponível em <https://www.ohchr.org/en/issues/women/wrgs/pages/healthrights.aspx>. Acesso em 20 de novembro de 2020.

CUNHA, Manuela Ivone. **Gênero, cultura e justiça: A propósito dos cortes genitais femininos.** Anál. Social, Lisboa, n. 209, p. 834-856, dez. 2013. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732013000400004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 nov. 2020.

UNICEF. **FEMALE GENITAL MUTILATION/CUTTING: a statistical exploration.** New York: The United Nations Children'S Fund (Unicef), 2005. Disponível em: https://www.unicef.org/publications/files/FGM-C_final_10_October.pdf. Acesso em: 15 nov. 2020.

MARTINS-SUAREZ, Fernanda Chiozzini; FARIAS, Rita de Cássia Pereira. **NOVOS ARRANJOS FAMILIARES NA CONTEMPORANEIDADE FRENTE AO TEXTO RELIGIOSO: UMA ANÁLISE SOBRE O DISCURSO EM “DEFESA” DA FAMÍLIA.** Rev. Interd. em Cult. e Soc. (Rics), São Luis, v. 2, n. 1, p. 83-108, jan. 2016.

LIMA, Anderson Petilde; RANGEL, Tauã Lima Verdan. **Sexualidade, direito e dignidade da pessoa humana: o reconhecimento da liberdade sexual como integrante do mínimo existencial.** Âmbito Jurídico, São Paulo, v. -, n. -, p. 1-10, jul. 2017.

CYRINO, Rafaela. **A CATEGORIZAÇÃO DO MASCULINO E DO FEMININO E A IDEIA DE DETERMINISMO CULTURAL: UMA CRÍTICA EPISTEMOLÓGICA AOS USOS NORMATIVOS DO GÊNERO.** Fazendo Gênero 10: Desafios atuais dos feminismos, [s. l], v. -, n. -, p. 1-10, jan. 2017.

WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino: A construção do masculino: dominação das mulheres e dominação das mulheres e homofobia homofobia.** Estudos Feministas, Não Informado, v. -, n. -, p. 460-482, fev. 2001.

STUKER, Paola. **ENTRE O RELATIVISMO CULTURAL E OS DIREITOS HUMANOS UNIVERSAIS: o dilema da violência contra mulheres a partir de costumes culturais.** Sociologias Plurais, [S.L.], v. 3, n. 2, p. 4-19, 1 ago. 2015. Universidade Federal do Parana. <http://dx.doi.org/10.5380/scplpr.v3i2.64707>.

FLOR do Deserto. Direção de Sherry Hormann. Uk/ale/aut: Imovision, 2009. (127 min.), P&B.

BARRETO, M. DO P. S. L. **PATRIARCALISMO E O FEMINISMO: uma retrospectiva histórica.** Revista Ártemis - Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades, n. 1, 20 dez. 2004.

MOYA, Isabela. **Machismo: você entende mesmo o que significa?** 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/o-que-e-machismo/#:~:text=O%20machismo%20%C3%A9%20um%20preconceito,das%20mulheres%20feita%20pelos%20homens..> Acesso em: 30 nov. 2020.